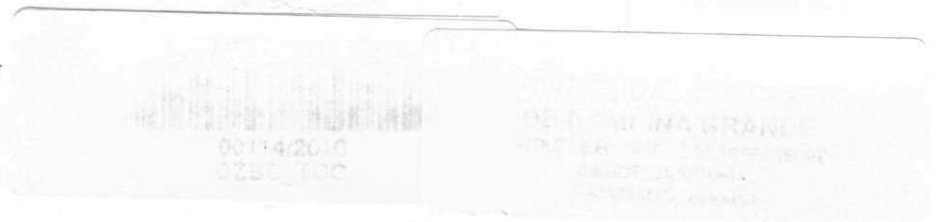


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES- CFP**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

**JULIO NETO DOS SANTOS**

**SAUSSURE, CHOMSKY E BENVENISTE: UMA INTERFACE  
DO SUJEITO ENUNCIATIVO.**



**CAJAZEIRAS, SETEMBRO DE 2008**

**JULIO NETO DOS SANTOS**

**SAUSSURE, CHOMSKY E BENVENISTE: UMA  
INTERFACE DO SUJEITO ENUNCIATIVO**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Pós-graduação em Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro

**CAJAZEIRAS, SETEMBRO DE 2008**



SANTOS, Julio Neto dos. *Saussure, Chomsky e Benveniste; uma interface do sujeito enunciativo*. Cajazeiras - PB, 2008, 60 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa). Unidade Acadêmica de letras da Universidade federal de Campina Grande



S237s Santos, Julio Neto dos.  
Saussure, chomsky e benveniste: uma interface do sujeito enunciativo / Julio Neto dos Santos. - Cajazeiras, 2008. 60p.  
  
Não Disponível em CD.  
Monografia(Especialização em Língua Portuguesa)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2008.  
Contem Bibliografia  
  
1. Analise do discurso. 2. Especialização. I. Castro, Onireves Monteiro de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 81'42

JULIO NETO DOS SANTOS

TERMO DE APROVAÇÃO

**SAUSSURE, CHOMSKY E BENVENISTE: UMA  
INTERFACE DO SUJEITO ENUNCIATIVO.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande, pela banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro (Orientador)

---

Prof. Dr. Andrey Pereira Oliveira (Examinador)

---

Prof. Dr. Elri Bandeira de Souza (Examinador)

CAJAZEIRAS, SETEMBRO DE 2008

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor.

É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'

Èmile Benveniste

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que direto ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho:

A Deus por me entender, quando eu mesmo não me entendo;

A meu orientador Onireves Monteiro de Castro pela paciência;

A minha mulher, fonte de amor e inspiração;

Aos amigos pelo incentivo;

A minha família por tudo que tem feito por mim.

Julio Neto dos Santos

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar como Saussure, Chomsky e Benveniste apresentam a noção de sujeito, especialmente, do ponto de vista da Análise do Discurso. A noção de sujeito é tratada como uma entidade que se manifesta no contexto real de uso da língua e condicionado a elementos de natureza sócio-discursiva e interacional. A partir desse ponto de vista, o nosso trabalho se debruça mais avidamente sobre as noções de sujeito como estabelecidas em Saussure, Chomsky e Benveniste. Em Saussure o sujeito é excluído do objeto formal da Lingüística enquanto ciência; isso fez com que esta se mantivesse no campo do sistema. Para Chomsky o sujeito é considerado em termos ideais e, assim, não configura numa comunidade real de uso em termos das peculiaridades sociais; esse sujeito é um ser que conhece sua língua e constrói infinitas sentenças a partir de um número finito adquiriu mentalmente e, inclusive, detectando possíveis erros de desempenho em frases nunca antes vistas. Em Benveniste o sujeito se apropria da língua em tempo e espaço e (se) enuncia a partir de um ponto social. Segundo esse, o sujeito já está inscrito na língua por elementos gramaticais que lhe garante o status de sujeito enunciativo. Por fim, será feita uma comparação entre as concepções acima citadas em função de seus elementos constitutivos.

Palavras-chave: discurso; sujeito; enunciação.



## ABSTRACT

The present work has for objective to describe and to compare the subjects in Saussure, Chomsky and Benveniste starting from the notion of subject of the Analysis of the Speech. Initially it will be done a been hit theoretical about the notion of in you vary slopes, evidencing that the subject is an entity that shows in the real context of use of the language and, it depends on social and discursive nature elements and interacionais in its constitution. Therefore after, it will be described the subjects in Saussure, Chomsky and Benveniste. In Saussure the subject is excluded of the Linguistics, fact unchained by the delimitation of the Linguistics while science; that did with that this if it maintained in the field of the system. For Chomsky the subject is ideal for the fact of not configuring in a real community of use and absorbed of their social peculiarities; that subject is a being that knows its language well building an infinite number of sentences starting from a group finite sentences that acquired in mentally, forming perfect sentences and besides never detecting before possible acting mistakes in sentences view. In Benveniste the subject appropriates of the language in time and space and it enunciates starting from a social point. As that, the subject is already registered in the language by grammatical elements that it guarantees its the status of subject enunciation. Finally, it will be made a comparison above among the subjects mentioned starting from the analysis of their constituent elements.

Key-Words: discourse; subject; enunciation.

## SUMÁRIO

EPÍGRAFE.....	
AGRADECIMENTOS.....	
RESUMO.....	
ABSTRACT.....	
INTRODUÇÃO.....	10
1 – CAPÍTULO I: AS MÚLTIPLAS NOÇÕES DE SUJEITO.....	14
1.1 - Considerações iniciais.....	14
1.2 - O sujeito na linguagem e na sociedade.....	17
1.3 - O sujeito do discurso.....	19
1.4 - O sujeito pragmático.....	24
1.4.1 - O sujeito pragmático em Asa Kasher.....	25
1.4.2 - Karl-Otto-apel e o sujeito assujeitado.....	26
1.4.3 - O sujeito na Pragmática Universal de Jürgen Habermas.....	28
1.5 O sujeito antropológico.....	30
2 – CAPÍTULO II: DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS EM SAUSSURE, CHOMSKY E BENVENISTE.....	33
2.1 - Saussure: o sujeito excluído da Lingüística.....	33
2.2 - Chomsky: o sujeito ideal.....	41
2.3 - O sujeito enunciativo em Benveniste.....	45
3 – CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SUJEITOS EM SAUSSURE, CHOMSKY E BENVENISTE.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

## INTRODUÇÃO

Atualmente os estudos sobre linguagem vêm recebendo duras críticas com relação às posturas teóricas e práticas, no sentido restritivo de, ainda, persistirem no cotidiano das escolas e principalmente nas universidades, o estudo da linguagem limitado ao estudo da língua. Não obstante tem-se estudado a língua pela língua analisando estruturas que, muitas vezes, não coincidem com a realidade objetiva das manifestações que as comunidades de falantes realizam em seu uso efetivo. Esses estudos não ultrapassam o chamado “núcleo duro” da Lingüística.

A importância deste trabalho está no fato de, em linhas teóricas gerais, querer mostrar como se manifesta o sujeito enunciativo nas correntes estruturalista, Gerativista e na Teoria da Enunciação e como isso se processa. Enquanto corpus teórico a análise sobre as várias constituições do sujeito encerra um limite em si, dentro de cada teoria. Também há aqui uma preocupação eminente (embora singular) em discorrer sobre as contribuições da Lingüística para a constituição (mesmo que ainda em elaboração) de um sujeito que se percebe inserido no processo de ensino de língua materna, especialmente voltado para as manifestações da língua numa perspectiva do uso.

Pensamos, também, na formação do profissional de Letras, principalmente, sua formação lingüística. O trabalho aqui formulado tem um mérito possível: dar suporte enciclopédico para aqueles que lidam com o ensino de língua materna.

Esse viés teórico pretende dar suporte para que se possa ampliar, de algum modo, um trabalho menos normativo na área de língua materna e centrado na figura do sujeito enquanto manifestação de falares diversos, especialmente na sala de aula. E assim, é, de certo, um componente teórico que se volta para a formação continuada: pesquisador em sua própria atividade docente.

Essa preocupação adveio da Análise do Discurso, sem a qual podemos constar que boa parte de nossos professores enxergam a língua e seu ensino como estrutura. Esquecem que a língua é mais que uma estrutura que emana de uma fala clivada por variações, variações estas que constituem o próprio sujeito enunciativo. Para tanto, fizemos algumas incursões nos teóricos em evidência para mostrar melhor a delimitação do nosso objeto de estudo: comparar os sujeitos postos em Saussure, Benveniste e Chomsky e através de uma análise comparativa mostrar os pontos convergentes ou divergentes entre esses autores quanto à constituição dos sujeitos enunciativos. O estudo do sujeito é uma postura teórica de grande importância, já que

ele é visível não apenas na enunciação, mas em outra instância do conhecimento: o sujeito antropológico, o sujeito social, o sujeito do inconsciente, do consciente, o sujeito estigmatizado, o sujeito enquanto sujeito.

Pretende-se com esse trabalho traçar um perfil desses “sujeitos” em três teorias que se distinguem por trabalhar esse ente de uma forma bem particular, e ao mesmo tempo em que compartilham os mesmos pontos de vista que é o próprio sujeito. Acontece, pois, que o sujeito é sempre visto de um ponto de vista, já que ninguém pode dar conta das inúmeras facetas que este se faz enquanto sujeito, daí os recortes não darem conta do todo, mas de uma parte deixando esta ausência para o futuro e para as críticas.

Desse modo, traçamos como *objetivo norteador* a referência especial de:

- *Mostrar como Saussure, Chomsky e Benveniste apresentam a noção de sujeito, especialmente, do ponto de vista da Análise do Discurso.*

A noção de sujeito é tratada como uma entidade que se manifesta no contexto real de uso da língua e, de igual sorte, condicionado a elementos de natureza sócio-discursiva e interacional, na qual o usuário da língua se insere.

Tudo isso será um esforço contínuo de aprimorar a formação teórico e profissional no trabalho investigativo, visando a reflexão quanto as manifestações da língua aplicada ao contexto discursivo. Assim, uma série de idéias mais *específicas* estarão sendo manifestadas ao longo de cada capítulo do nosso trabalho monográfico e, ao mesmo tempo, apresentamos uma breve *revisão da literatura*, a saber:

No *primeiro capítulo* faremos uma descrição das noções de sujeitos que pertencem à área da Análise do Discurso, delineando sobre as principais características que configuram sua constituição pragmática. Nesse sentido se abordará as noções de sujeito pertinentes ao lingüístico, emergindo a partir da própria língua; o sujeito social como uma entidade que se manifesta dentro de um contexto social e que é determinante do seu dizer. O sujeito do discurso, no qual cada indivíduo, dependendo do lugar social, profere o seu discurso, terá um sentido, ou seja, o sentido se atribui ao próprio dizer dentro da comunidade lingüista, a qual leva em conta elementos de natureza lingüística, social e interacional. Dentro dessa perspectiva se discorrerá sobre várias manifestações de sujeito como os locutores e alocutários, remetentes e destinatários, sujeito interno e externo ao discurso. O sujeito pragmático visto a partir de três pragmáticas: a racionalista de Asa Kasher que tem como postulado a noção de competência lingüística de seus falantes e os signos lingüísticos, fato que remete a Chomsky; a pragmática transcendental de Carl-Otto-Apel que tem como base o

paradigma da comunicabilidade aliada a fatores de natureza social, daí falar-se também em assujeitamento (Foucault); e a pragmática universal de Jürgen Habermas que tenta conciliar várias teorias pragmáticas numa espécie de sincretismo para se chegar aos universais lingüísticos. Nesse sentido há principalmente um diálogo entre a realidade interior e exterior como um dado emancipador do homem, um paradigma kantiano. Por último, o sujeito antropológico que trata das noções de sujeito enquanto representação social do eu na cotidiana determinada pelos contratos sociais estabelecidos pelos sujeitos sociais;

No segundo capítulo pretendemos fazer a descrição dos sujeitos em Saussure, Chomsky e Benveniste delineando sobre seus principais elementos constitutivos. Ferdinand de Saussure em seu célebre “Curso de Lingüística Geral”, publicado postumamente, é quem dá as bases de uma lingüística estrutural calcada unicamente na forma, e que inaugura a Lingüística como ciência autônoma e com objeto de estudo delimitado e que descarta o sujeito que fala de seus estudos. Grande passo foi dado por De Saussure ao estudo da linguagem, embora o sujeito enunciativo não teve tanta evidência em sua teoria. Porém não se sabe o que realmente o autor que levou o nome do “Curso de Lingüística Geral” quis dizer, já que a obra foi publicada por seus discípulos com bases nos escritos do mestre. O que se pode ler nas entrelinhas é que a Lingüística da fala não teve seu lugar de destaque na época, mas foi a base que deu origem a uma gama de estudos todos pautados no sujeito como o centro dos estudos lingüísticos.

O americano e matemático Noam Chomsky, contemporâneo de Benveniste, em oposição aos estudos estruturalistas lança as bases de sua teoria gerativista, a qual era diferente do que foi estudado antes e põe em destaque um sujeito dito “ideal”, que até hoje não se fez real. De fato, Chomsky fala de um sujeito que, conhecendo um número finito de estruturas de sua língua, consegue produzir um número infinito de estruturas subjacentes e, até mesmo, detectar erros de competência em enunciados inéditos. Na verdade esse gênio criado pelo americano é uma criatura inexistente, pois desconsidera os fatores determinantes da produção dos enunciados, bem como o grau de conhecimento de uma língua e os arranjos sociais de aquisição e de *performance* em enunciados reais de uma dada língua. Com efeito, Chomsky não dar conta do sujeito, porém teve grande importância o aparato técnico de representação formal da estrutura sintática, semântica e fonológica dos enunciados numa postura eminentemente transformacional, daí o nome de sua gramática: Gramática Gerativa Transformacional. De uma forma ou de outra Chomsky termina por dizer justamente o que Saussure disse, só que numa postura nova que leva em conta critérios de individualidade do

sujeito ideal, as noções de produtividade e criatividade e inatismo. Chomsky estava mais preocupado com as noções da *language and Mind*, fato que desencadeou numa teoria de cunho mentalista.

Èmile Benveniste foi quem lançou as bases de uma teoria da enunciação, onde o sujeito aparece como o pronome “eu” que se dirige a um “tu”, no qual o eu se constrói em oposição a um tu, e este se constrói por reporta-se a um eu. Ao’ que tudo indica Benveniste foi beber diretamente na fonte Saussuriana, já que o mesmo faz algumas defesas ao mestre suíço legando a ele seu lugar como fundador não apenas da lingüística estrutural, mas que também lançou as bases da lingüística da enunciação. Todo lingüista moderno deve a Saussure, direta ou indiretamente, pois sua teoria é a base da maioria das investigações na área da lingüística; Não há como se falar em lingüística sem que seu nome seja evocado. Benveniste ao formular que nas estruturas lingüísticas havia o indício aquele que a produzia, e de onde emana toda a atividade criativa, introduz da lingüística, o sujeito, que durante muito tempo foi negado. O próprio sujeito ao enunciar-se cria diante de si o “tu” que por muitas vezes, isso em um processo de diálogo, reclama outro “tu”, já que pode configurar-se como um “eu”. Nesse processo Benveniste cria o aparelho formal da enunciação: o sujeito enunciativo. Para o autor, o fato de haverem pronomes pessoais e marcadores de tempo, lugar e espaço é uma prova substancial da existência do sujeito, uma vez que essas formas ao serem utilizadas remetem sempre a um ser animado que se faz enquanto eu. A criação do “eu” é ao mesmo tempo uma tomada de posição: o eu que diz eu, nas palavras de Benveniste “é ego que diz ego”, o eu que reclama um alocutário, embora possa haver o monólogo lingüística, o eu se enuncia a um tu interiorizado. De fato, pode-se falar consigo mesmos e criar até situações no qual o tu interior nos remete uma resposta. O que Benveniste não reparou foi que ao introduzir um “eu” que reclama um “tu” ele criou uma não pessoa na pessoa do “ele”, uma forma explicitada pela lingüística diacrônica.

No terceiro capítulo se fará uma comparação entre os sujeitos em Saussure, Chomsky e Benveniste apresentando suas divergências e convergências entre e si, delineando como cada um se manifesta em relação uns aos outros e com o sujeito da Análise do Discurso. Chomsky apresenta um sujeito ideal que não se configura real e que é uma releitura do Curso de Lingüística Geral de Saussure no qual o sujeito era excluído e que de uma forma ou de outra os dois teóricos não abandonam a idéia de língua enquanto sistema e sujeito irreal. Somente Èmile Benveniste é que realmente inaugura a partir da língua em uso o sujeito enunciativo que se apropria da língua e se enuncia de um lugar e espaço social.

## CAPÍTULO I: As múltiplas noções de sujeito

### 1.1 Considerações iniciais

Atualmente, a maioria dos trabalhos na área da linguagem tem dado grande destaque a noção de sujeito<sup>1</sup>. Essa tendência foi introduzida na Lingüística como uma preocupação eminente de evidenciar no centro das discussões sobre linguagem o produtor dos discursos (seja pessoa física ou virtual). O primeiro enquanto corpo orgânico dotado de um elemento de fala e, conseqüentemente, produtor de discursos; o segundo no plano relativo a sua própria constituição social por meio dos sistema abstrato da linguagem nas relações sócio-interacionistas. Esta postura teórica do sujeito enquanto produtor e dono do seu dizer ficou durante muito sem essa evidência que se tem hoje no âmbito dos novos campos da Lingüística devido a fatores de natureza diversa, como o próprio conceito filosófico de ciência, no caso dos estruturalistas, o positivismo calcado em bases objetivistas, bem como a própria delimitação da Lingüística como ciência autônoma e com objeto de estudo definido. Esses fatores eram, portanto, uma postura assumida pela Lingüística Estrutural de Ferdinand de Saussure<sup>2</sup>, no qual esse sujeito enquanto produtor do discurso foi deixado de lado, especialmente, a partir do que se tem estudado em termos de linguagem desde o estruturalismo.

Não estamos negando uma série de vertentes e disciplinas advindas da lingüística estrutural que, aqui e ali, estudam aspectos formais da fala e/ou de que a produz, em termos de discursos. É possível inferir, a partir do que se tem em termos de produção de conhecimento, que a consideração estrutural de vertente saussuriana tratou, objetivamente dos ditames da língua como objeto formal da ciência Lingüística. As questões relacionadas ao produtor dos discursos, isto é, os sujeitos, não foram evidentes nos postulados do mestre de Genebra: o sistema e sua estrutura supra-individual é que se estudou.

---

<sup>1</sup> - Essa noção será defendida ao longo do texto mostrando não uma unidade de sentido único, mas uma entidade múltipla de significações. Não se pretende dar apenas uma noção de sujeito, mas várias noções que são caracterizadas dentro de cada disciplina ou teoria. Dessa forma não seria possível, no entanto, falar de um único sujeito devido à complexidade nocional, a não ser que se se enveredasse por apenas uma das noções dentro de uma mesma teoria, como por exemplo, o sujeito do discurso, dentro da Análise do Discurso de vertente francesa ou anglicana.

<sup>2</sup> - Estruturalismo Lingüístico.

Por sua vez, se considerarmos as idéias da Teoria da Gramática Gerativa de Noam Chomsky<sup>3</sup>, que também teceram (e tecem!) uma série de considerações referentes ao uso no que diz respeito à adequação e inadequação dos elementos lingüísticos de competência e desempenho dos sujeitos, tais idéias pareciam querer mostrar um sujeito real, inscrito social e culturalmente como produtor discursivo. Em tal caso, Chomsky pode ser considerado um expoente singular de tal manifestação. No entanto, ao tratar do sujeito no plano ideal, considerou-o formalmente, tal qual o sujeito do estruturalismo.

Das múltiplas possibilidades (e necessidades) de explicações em torno do homem que fala, como fala, onde e por gerais razões e finalidades e, mais, como tende a organizar seu discurso em modos de dizer, em atos de linguagem, fez surgir muitas correntes, por vezes complementares, de aspectos sistêmicos das muitas abordagens possíveis em lingüística.

Quando evidenciado, nesses termos [De Saussure e Chomsky], o sujeito não era em si aquilo que realmente contemplava as características pertinentes àquele produtor linguagem, ou seja, o sujeito que era defendido nessas teorias estruturalista e gerativista não tinha o status de sujeito e era algo que necessitava de melhores reflexões tais como o sujeito real produtor de discursos numa comunidade real de uso e sujeito às pressões e relações sociais, que de certa forma determinam o seu discurso, visto que na interação o sujeito é clivado por uma série de outros discursos sociais, que se pode questionar, inclusive se o mesmo é ou não dono do seu dizer quando, onde e como fala. Essas reflexões levaram ao nascimento de várias disciplinas como a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a própria Pragmática e tantas outras vertentes teóricas, que trabalhando sobre essa materialidade, abordavam o sujeito de um ponto de vista diferente do que se tinha antes. Estas, teoricamente, em seu esboço geral já traziam à tona a linguagem em sua perspectiva do uso; isso fez com que o sujeito lingüístico (da língua e do discurso) e/ou indivíduo que vive em sociedade e convive com os outros e com a linguagem tivesse agora seu lugar de destaque, passando sumariamente a entendê-lo numa perspectiva de uso corrente dentro da linguagem e fora dela.

Nas várias disciplinas que surgiram a partir da *parole* saussuriana, nas quais as manifestações da linguagem nas comunidades reais de uso tinham um caráter essencial, o sujeito foi o foco central devido às necessidades de se estudar a língua (gem)<sup>4</sup> como forma de interação entre seus usuários. Percebeu-se que ao se produzir linguagem não estava

---

<sup>3</sup> - Gerativismo.

<sup>4</sup> - Esse termo não tem a mesma conotação do vocábulo *Language* do inglês que pode significar invariavelmente, língua e linguagem, mas evoca dependendo da situação o termo língua ou linguagem.



simplesmente em determinar o uso correto ou incorreto da língua, passou-se a investigar o sujeito dentro da própria linguagem e também fora dela, ou seja, no social, e a partir dela descrever como este se manifestava nas várias situações de uso.

Toda essa nova postura surgiu com a guinada pragmática da década de 60. Com isso se quebrava o estudo da língua como o “núcleo duro” e passava-se a questionar a língua em sua produção/recepção, buscando uma nova maneira de estudá-la sem se recorrer, necessariamente, às descrições exaustivas das correntes teóricas anteriores. A quebra com as noções antigas de sujeito (se realmente existia sujeito) não ignorou totalmente as teorias estruturalistas e gerativistas, que por seu turno foram ampliadas no sentido mais restrito de apresentar as manifestações do sujeito a partir delas, sejam eles nulos ou ausentes e dedicando-se mais ao uso da língua do que sua explicação de per si. (*Per se*).

Esse sujeito enquanto indivíduo (corpo físico) é uma representação social acerca de si mesmo, o que faz com que ele se manifeste enquanto representação de si e de uma coletividade, pois o “eu” reflete os vários “eus” que a sociedade produz. No auge do estruturalismo a figura do sujeito que produzia discurso ficava restrita às descrições de estruturas, tanto da palavra quanto da sentença (sujeito enquanto um sintagma na função de sujeito). Essa postura não contemplava uma série de elementos que, incorporados a linguagem davam margem ao pensamento humano e às manifestações de uma entidade que ao produzir linguagem também deixava escapar algo de si, ou seja, ao se afirmar na linguagem o sujeito inaugurava a si mesmo. Isso foi bem ressaltado por Benveniste em “O aparelho formal da enunciação<sup>5</sup>”, segundo o qual o locutor inaugura a si mesmo a partir do momento que introduz o seu discurso, ou seja, inaugura um eu que se dirige a uma segunda pessoa, o tu. Ora, é da fala que se está falando, pois é a partir dela que emergem os sujeitos. Esta, ao ser percebida como algo capaz de ser estudada do ponto de vista de sua manifestação do uso, trouxe a tona o sujeito produtor dela, “algo heteróclito” como dizia De Saussure, no qual cada um fala de acordo com as convicções, ideologia, classe social e a posição que ele ocupa, ao mesmo tempo que está sob o domínio da vontade do sujeito (*subjecti voluntate*).

Talvez, o grande problema de se definir a noção de sujeito seja dizer a qual sujeito está realmente nos reportando: o sujeito do discurso, o sujeito falante, o sujeito interpretante, o emissor, o receptor, o sujeito enquanto pessoa física, o sujeito da enunciação, o sujeito pragmático, o sujeito antropológico, o sujeito enquanto representação de um sujeito coletivo.

---

<sup>5</sup> - V. Benveniste, 1958.

Nada se impede, portanto, de dizer que todos esses sujeitos são a face de uma mesma moeda, só que com alguns atributos a mais ou a menos. O problema se torna maior quando tentamos conceituá-lo em uma esfera digamos social, lingüística, ou antropológica, o que não nos impede, como já se disse, de todos poderem se conceituar dentro dessas esferas. Então, o sujeito para se constituir de fato passa por um viés lingüístico, pois é na linguagem e através dela que ele se constitui, como já disse Benveniste: “É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito;” (BENVENISTE, 1976, p. 286). É no lingüístico que também emerge seu discurso, sua identidade, seu modo de ver e sentir as coisas do mundo e fora dele e seu posicionamento em relação a isso. O maior problema em conceituar a noção de sujeito está no fato dele possuir várias manifestações, as quais não se deixam definir sem ferir outros princípios e outros autores referentes a ele mesmo.

Quando conceituamos a noção de sujeito segundo Benveniste como o eu que se enuncia na linguagem numa enunciação, podemos estar indo de encontro a Chomsky, por exemplo, em que o sujeito é ideal. Interessante, pois, é o fato de o sujeito ser visto sempre de um ponto de vista, o que torna essa faceta um pouco redundante, se bem que cada manifestação do sujeito seja em Análise do discurso, seja na Teoria da Enunciação, é sempre uma manifestação única que reflete justamente uma faceta daquele que produz discurso, isso sem deixarmos de observar as condições de produção dos discursos, o que levaria a discorrer sobre problemas mais complexos como a própria formação ideológica e social dos sujeitos.

Então, como proceder de maneira a considerar algo sem cair no dialogismo crônico de uma postura eminentemente, digamos, ortodoxa e paradoxal? O problema não é tão simples, pois há muitas noções sobre a noção de sujeito e, escolher uma delas como sendo a mais adequada é mais difícil ainda. Com efeito, traçar um percurso em que cada teórico propõe sua noção se parece mais teoricamente possível e também mais plausível e para somente no final expormos uma noção de sujeito de maneira mais coerente em face de sua grande heterogeneidade, o que já não é ponto pacífico, nem na corrente teórica em que se insere, nem na sua denominação pertinente a ele mesmo.

## **1.2 O sujeito na linguagem e na sociedade**

Em Paul Henry se tem a seguinte aceção:

A identificação entre sujeito e indivíduo (enquanto corpo orgânico, objeto natural) é a base de uma concepção teórica de uma subjetividade natural e irredutivelmente individual, ao mesmo tempo que universal, que é aquela do campo da complementaridade. Querer transformar por ela mesma essa noção de “sujeito” é tão sem sentido quanto querer transformar a noção de “sujeito da ciência” que dela decorre. Não é na prática teórica que se transformam as ideologias práticas dominantes, mas é na luta de classes, especificamente sob seus aspectos políticos e ideológicos, que elas são transformadas. (HENRY, 1992, p. 138).

O sujeito social representado por um indivíduo físico é uma concepção corrente na vida social. É uma base que fica na base teórica individualista que qualquer ser representa para si mesmo. Essa entidade, também é uma formação ideológica social que se complementa no outro (princípio de alteridade). No social não se está sozinho, mas se participa das vivências do coletivo e divide com outros seres sociais as manifestações próprias da sociedade em que se vive. Na sociedade como um todo, o sujeito ao se manifestar como um ser social é a representação, também social, de um grupo, que assume sem ter consciência à noção do embate de classes que é uma forma de se manter ativo frente aos ditames políticos e ideológicos da classe hegemônica.

O sujeito se constitui como um ser social envolvido em várias práticas sociais que lhe dão o status de não se ver sozinho, mas cercado de outros sujeitos com quem divide as mesmas características ou não. Esse ser social tem uma ideologia: determina e pode ser determinado pelo processo de produção que envolve a sociedade moderna, é ele e não é ao mesmo tempo, também, os outros, já que se constitui enquanto reflexo e refração dos sujeitos sociais.

Envolvido em suas práticas, o sujeito reflete o status próprio do homem, do ser que briga por sua sobrevivência, que sente na pele o medo, a solidão, o desejo, a fome. Esse homem tem desejos de se socializar através de suas práticas que são mediadas pela própria linguagem. Esse ente do mundo civilizado pede passagem para expor sua individualidade e tentar imitar outras individualidades e si tornar ao mesmo tempo ele e os outros.

Essa forma de pensar trouxe à tona as complexidades do produtor da linguagem, suas vicissitudes, sua ideologia, sua forma de ver, assimilar o mundo que o cercava, era a intervenção da subjetividade na objetividade na terminologia de Marx.

Assim, de certa forma, falar (dizer) é ser-se estranho, é dividir-se, uma vez que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora se realizem necessariamente nesse sujeito.

Dessa contradição inerente a noção de sujeito deriva uma relação dinâmica entre identidade e alteridade: movimento que, ao marcar a identidade, atomiza (separa) porque distingue, e, ao mesmo tempo, integra, porque a identidade é feita de uma relação. (MARX, apud, ORLANDI, 1988, p. 10).

O sujeito não é, então, algo exterior à linguagem, mas que está envolvido nela, ou melhor, há nele algo que é interior e exterior desse modo não havendo como separar sujeito e linguagem. A linguagem é um processo, uma faculdade do sujeito social, pois a mesma vem de sua própria atividade languageira socialmente determinada pela relação que estabelece com os demais membros, o que implica dizer que ela advém dele e a ele e às outras coisas do mundo se refere quando é executada.

O fato de a linguagem ser autônoma, de certa forma, não significa que ela não existe por si só, necessitando, pois de sua origem para existir enquanto algo da natureza humana. Ela existe como um dado de constituição da identidade do sujeito social na prática de seu discurso. Ao se pensar nisso, se questiona a questão de o sujeito ser ou não autor daquilo que produz, se levarmos em conta as condições de produção. Nessa perspectiva, vê-se que o discurso do social é uma prática que se completa nos sujeitos e não está somente em um, isto é, o discurso social propicia o surgimento do sujeito no campo da complementaridade. Percebe-se que os sujeitos estão socialmente engajados numa dada sociedade e, necessitando da cooperação um dos outros, numa espécie de troca de favores, fazendo com que, muitas vezes, para não dizer na maioria das vezes, os sujeitos se apropriam dos discursos alheios, se houver algo que seja autêntico numa sociedade [ Bakithin1997, grifo nosso], e fazendo desses discursos sua identidade. Com efeito, a representação de alguém pode ser o reflexo ou a refração do outro; esse outro é o não-eu ou até mesmo o eu refratado, o que faz do sujeito algo que não está pronto e acabado, mas algo que se completa nos outros e nas situações do dia-a-dia.

### **1.3 O sujeito do discurso**

Em Dominique Maingueneau, temos a seguinte aceção acerca do sujeito discursivo:

O sujeito do discurso é uma noção necessária para precisar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito\* falante (ou do locutor\*) com relação a sua atividade linguageira. Ela leva a considerar as relações que o sujeito mantém com os dados da situação\* de comunicação na qual ele encontra os procedimentos de discursivização, assim como os saberes, opiniões e crenças que possui e que supõe serem compartilhados pelo seu interlocutor (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.457).

O sujeito, segundo Maingueneau (2006), é o sujeito discursivo, aquele inserido num ato de comunicação e que mantém uma relação com outros falantes na sua atividade linguageira enquanto falante de uma determinada comunidade e que tem seu lugar definido numa situação enunciativa. Esse sujeito é posto como locutor proferidor de falares de uma comunidade da qual participa ativamente. Isso pressupõe o outro, que é seu interlocutor, que por seu turno participa das mesmas crenças opiniões, e os saberes próprios desta comunidade lingüística. Nesse ínterim, o sujeito do discurso domina as regras de conversação do lugar, da situação e dos atores envolvidos na trama discursiva (os procedimentos de discursivização). Essa entidade, falante ou locutor, desempenha uma atividade linguageira que tem a ver com a situação comunicativa, se levando a crer que a lugar da comunicação de alguma forma tem algo do sujeito, senão ele ficaria a mercê da própria situação, sem que pudesse nela intervir direta ou indiretamente.

O sujeito do discurso proposto por Maingueneau é o falante comum que fala por intuição, num ato meramente intuitivo, no qual todo falante de dada comunidade domina por um acesso natural a língua através da fala. Esse falante nada entende sobre o funcionamento das estruturas de sua língua como um sistema organizado sujeito a análises e às características que marcam sua comunidade lingüística, embora as domine com a destreza de quem as conhece profundamente. Isso é somente um dado que marca a oposição falante/lingüista, os quais também convivem com, talvez o mesmo idioma, só que cada um com seu ponto de vista enquanto sujeitos do mesmo processo. O fato de o falante manter seu estatuto de sujeito é pelo

repertório lingüístico que ele e seu interlocutor compartilham, dada à situação na qual se encontram.

Entretanto, o falante ao comunicar suas crenças e convicções em determinado lugar ele se torna um sujeito da situação, se em outra situação ele o fizer, também será outro sujeito, pois a situação comunicativa também é determinante dos papéis que os sujeitos desempenham. Então, a situação é quem vai definir o status de sujeito, ficando, esse, pois, sujeito às regras sociais, o que distingue simplesmente o sujeito como enunciador de uma dada situação quando se enuncia pela própria linguagem. Esse sujeito é então constitutivo enquanto aquele que profere um ato de fala, ou seja, ao comunicar, transforma-se em sujeito dependendo da situação na qual está inserido.

Segundo Pêcheux “o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo ‘esquecimento’<sup>6</sup> daquilo que o determina” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.457). Para esse autor, o sujeito é constituído a partir daquilo que ele ainda não é, pois sua acepção passa pelo contexto social e pelas relações sociais que estabelece como os outros. Trata-se, segundo o mesmo autor de um fenômeno chamado “interpelação”, no qual o sujeito do discurso se identifica como sujeito pela formação discursiva dominante, o que implica dizer que esse sujeito é pré-determinado pelos pressupostos ideológicos que o determinam e o constituem. Dessa forma o sujeito não é ele mesmo, mas sim, a representação única de vários outros sujeitos discursivos. Não é polifonia nem polissujeito<sup>7</sup>, está mais para o **intersujeito** da enunciação, já que se constitui não apenas pelo que ele é, mas também o que o outro é, ou mesmo sujeito interdiscursivo pré-determinado. Então, o sujeito é o que não é na terminologia de Pêcheux, pois é o ideológico que determina sua identidade como sujeito do seu dizer.

O sujeito de Foucault (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 457) também se constitui com características semelhantes às de Pêcheux, mais na Análise do Discurso Francesa que na terminologia daquele, o sujeito é assujeitado e disperso. Para esse autor o sujeito é uma formação subjetiva diluída nas relações sociais, se constitui a partir de seu assujeitamento às pressões sociais determinadas pela corrente hegemônica e pela sua dispersão frente a outros também dispersos no contexto social do embate de classes. Ora,

---

<sup>6</sup>- O esquecimento para Pêcheux se dá no vazio da forma subjetiva, já que ser sujeito é ser e não ser ao mesmo tempo, numa forma de compensar o seu próprio status de vago. Ele é determinado pelo discurso do outro, ou seja, o sujeito existe enquanto uma manifestação do outro no contexto das relações sociais.

<sup>7</sup> - Esse termo assim usado, se refere ao sujeito que é o representante dos vários sujeitos. Não é ele nem é o outro, mas a fusão de vários outros.

pode-se então dizer que esse sujeito é pré-determinado, já que o social vem antes dele, isto é, que as instituições e a própria língua são exteriores ao sujeito (não como na terminologia de Saussure), ficando, este, pois, sujeito a estas imposições. Essa relação é no mínimo conflitante, porque é como se a formação individual de cada um enquanto sujeito de discurso estivesse subordinada às relações sociais estabelecidas pelo próprio sujeito enquanto pessoa física. Toda essa fusão de idéias gera um fluxo, que levaríamos a entender que ninguém é ninguém enquanto não se mantiver relacionado no social. É como se a noção de sujeito do discurso se estabelecesse nas relações que efetivam a partir de suas relações com as próprias relações dentro das relações relacionadas às reações socialmente determinadas.

Ducrot (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.457) distingue dois tipos de sujeito: um ser empírico que produz um ato de linguagem e um ser interno, ou de discurso ou o locutor responsável pelo enunciado na enunciação. Segundo esse mesmo autor é preciso definir aquele que produz o ato de linguagem, ou seja, o falante propriamente dito, o status de pessoa, ser físico dotado da faculdade de linguagem.

O ser do discurso, segundo Ducrot, é a pessoa enquanto produtora de enunciados, isto é, o enunciado na enunciação é o que interessa, pois o que importa na enunciação é o próprio discurso; o ser de carne e osso não é tão evidenciado, já que a língua posta em uso se utiliza de outros argumentos para manifestar as facetas desse mesmo sujeito produtor de discurso. Essa característica que retoma a própria língua e cria uma nova entidade, o sujeito enquanto manifestador de um eu interno, corresponde justamente aquilo que, ideologicamente, se tem como produto da cultura e do embate de classes, um ser envolvido nas práticas sociais que ora o modificam, ora são modificadas por ele.

Charaudeau (op. cit, 2006, p. 457) vê uma problemática com relação à alteridade, pois o sujeito para esse autor é determinado em partes por condicionamentos de ordens diversas, isto é, que ora ele pode operar suas escolhas, ora não, dependendo da situação na qual ele está inserido:

“Ele é, ao mesmo tempo, coagido pelos dados da situação de comunicação (contrato\*) que o conduzem a se comportar de certa maneira e livre de se individualizar, o que leva a usar estratégias\*<sup>8</sup>”.

---

<sup>8</sup> - op. cit. p.458.

Charaudeau (Op. cit, 2006, p. 457) é de acordo que o sujeito é livre em certas situações, na qual ele pode ser individual ou ele mesmo, mas em outras precisará utilizar de estratégias para operar suas escolhas sem ser determinado pelo contexto. Para tratar disso o autor propõe a distinção entre o “sujeito comunicante de um sujeito” e o “sujeito enunciador de um sujeito”. O primeiro diz respeito ao interpretante que se situa na esfera situacional e, portanto, o intérprete de outros discursos proveniente das situações várias de comunicação, na qual ele não intervém diretamente, apenas decodifica. O segundo trata daquele que é o destinatário, só que no nível discursivo e é interno àquilo que é dito, ou seja, o enunciador é parte integrante do que foi proferido embora não tenha dito nada.

O sujeito discursivo não é apenas um único sujeito, ele é a junção de várias vozes, isto é, portador de vários discursos e daí receberem várias denominações. Como portador de várias vozes ele é polifônico, pois carrega consigo várias vozes de outros sujeitos; Além disso, esse sujeito é dividido, porque traz consigo um grande número de saberes conscientes, não-conscientes e até inconscientes. O mesmo sujeito se desdobra para desempenhar papéis alternados: uma hora é o sujeito que produz o discurso de maneira a persuadir seu interlocutor que é levado a crer nele, pois a contexto encenativo permite a atuação de seus autores e seus discursos. Noutra momento ele se põe como o interlocutor ao interpretar um ato de linguagem e imagina como se comporta seu locutor e dá a ele o crédito por sua encenação no contexto discursivo. Cada uma dessas manifestações lança mão de um sujeito que opera em áreas diferentes: no primeiro ele é codificador, no segundo decodificador.

Muito empregado em Lingüística é o sujeito falante, termo que designa o ser humano dotado da capacidade de falar, ou seja, produzir linguagem em sua atividade rotineira. Diz-se que esse sujeito é aquele que tem a competência de utilizar com fluência os sons de determinada língua (fonética e fonologia), construir e reconhecer as formas dessa mesma língua (morfologia); sabe operar com grande excelência as regras de combinação (sintaxe) e ao mesmo tempo levando em consideração os significados das palavras (semântica). Esse sujeito é visto como mero usuário da língua, aquele que intuitivamente aprendeu a falar e se comunicar em sua língua materna. No entanto, apesar dessa competência, esse sujeito é incapaz de fazer certas inferências na sua língua, a usa por necessidade, não pode inferir nela como um dado de sistematização, organização e entendimento de suas partes constituintes. Este não entende os vários usos que ele faz de muitos termos, suas preocupações com a língua são impressionísticas e superficiais. Nesse sentido cabe ao especialista, também sujeito, que ao fazer uso da língua, não o faz por simples acaso, usa e sabe por que usa, tem a



capacidade de fazer julgamentos acerca do sistema da língua, desmembrar suas partes e atribuir-lhe nomes específicos tanto para o uso como para a língua enquanto sistema lingüístico.

#### **1.4 O sujeito pragmático**

Desde que se começou a enfatizar a língua em seu contexto de uso sentiu-se a necessidade de também fazer uma descrição do produtor dos enunciados nas comunidades reais onde esses falantes/ouvintes se localizavam. Ora, nessa perspectiva sente-se que o objeto da Pragmática é ao mesmo tempo muito amplo se levarmos em conta o grande número de falantes de uma dada língua numa dada comunidade, bem como a diversidade de falares que os falantes de uma mesma comunidade podem manifestar.

O fato de, geralmente, a Pragmática estudar a língua em uso e, preocupar-se, especialmente, com a relação entre os signos e os usuários ou a relação que os usuários mantêm com esses signos criou uma série de teorias. Ora, essas teorias num momento defendem um ponto de vista racional e mentalista com relação à linguagem, noutro um ponto de vista totalmente racional e relacionado ao contexto de uso, em outro ponto de vista defende a imanência do sujeito a partir das relações sintático-semânticas das frases da língua, etc. De fato, as teorias quaisquer que sejam elas sempre têm um ponto de vista, o que podemos concluir que o ponto de vista é que cria o objeto, ou melhor, que todo ponto de vista é visto a partir de um ponto. Dessa forma, a Pragmática dependendo de qual é a época e a escola que a defende, o autor e as influências que ele sofreu, apresenta um ponto de vista novo.

Asa Kasher propõe uma Pragmática Racionalista baseada nas regras da competência humana de usar a linguagem para um propósito. A postura de Kasher dá a linguagem um caráter do tipo “vida própria” que se fundamenta no postulado de que o sujeito é aquele tem o domínio efetivo das regras da língua, mas apenas domínio, não uso. Para ele, essa era uma das formas de delimitar a linguagem e seu estudo. O referido autor concorda que a racionalidade fundamenta toda linguagem e que essa é dotada de uma intencionalidade, ou seja, uma atividade eminentemente intencional, que ele explicou através da máxima da cooperação de Grice. Asa Kasher queria encontrar, através da racionalidade, os atos de fala universais que eram comuns a algumas linguagens.

Karl-Otto-Apel, em sua *Pragmática Transcendental* conciliou as forças filosóficas alemãs e anglo-saxônicas, num esforço desmedido de criar uma nova pragmática. Sua iniciação é mais um tratado filosófico do que mesmo lingüístico. Logo depois de reconstruir os alicerces de sua teoria a partir da transformação do idealismo transcendental de Emmanuel Kant e do paradigma da comunicabilidade Wittgenstein é que seu projeto começou a se concretizar. Apel disse que toda comunidade real de uso deve estar submetida às condições sociais de produção, ou seja, que os falares de uma comunidade devem obedecer a critérios socioeconômicos e culturais.

Jürgen Habermas, com a *Pragmática Universal* tenta conciliar várias teorias numa espécie de “sincretismo” para se chegar aos universais da linguagem. Através de Kant, com a filosofia do destino a que a humanidade deve esforçar-se para chegar, Habermas influenciado concebe à linguagem um poder emancipador que emana a partir do diálogo entre uma realidade interior com a exterior.

#### **1.4.1 O sujeito pragmático em Asa Kasher**

O sujeito em Asa Kasher (ARMENGAUD, 2006) é definido como competência humana, uma atividade mentalista de dominar o sistema de uma língua, e esta concepção atribuída, erroneamente [grifo nosso] a linguagem. Igualmente a esse respeito tratou o americano Noam Chomsky, no qual o falante de uma língua podia através de um número finito de frases, formar um número infinito das mesmas, para isso bastava usar sua competência lingüística. Tanto em Kasher quanto em Chomsky, a comunicação efetiva, isto é, a língua em uso não tinha tanta primazia, já que a atividade do falante era basicamente mental. Saussure também tratou desse problema com relação ao sistema da língua. O problema é que na teoria estruturalista o sujeito não fala e o sistema é quem tem primazia sobre toda a linguagem, enquanto os atos individuais de fala ficaram fora dos estudos do mestre de Genebra.

Apesar de Kasher (ARMENGAUD, 2006) não ter dado primazia ao uso, não é verdade que ele não tenha falado sobre isso. Para ele, as frases podiam ser utilizadas em muitos contextos, só que elas conservavam em sua estrutura um núcleo lingüístico comum a todos os usos, pois havia regras que governavam e definiam seu uso.

Para esse mesmo autor havia no uso de algumas linguagens algo de comum adquirido racionalmente através de um contrato de cooperação entre os membros de uma dada comunidade. Portanto, o sujeito pragmático em Kasher é uma entidade mental, racional, limitado pelo contexto de uso e cooperativo com seus confrades sociais.

#### **1.4.2 Karl-Otto-Apel e o sujeito assujeitado**

Inicialmente, o trabalho de Karl-Otto-Apel (ARMENGAUD, 2006) era mais um trabalho filosófico a respeito da filosofia kantiana em seu movimento da hermenêutica, um movimento mais humanista com relação ao estudo das escrituras sagradas e menos anticientificista. No entanto, Apel (ARMENGAUD, 2006) já dava à linguagem um caráter essencialmente mediador entre todo e qualquer conhecimento em toda ontologia. O sujeito em Apel tinha uma ligação direta com o objeto do mundo numa espécie de “solipsismo metódico”, forma com a qual as pessoas se moviam.

Depois da publicação de *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein é que a pragmática transcendental e o sujeito em Apel ganham novo impulso. Com relação a essa renovação do ideal de Apel:

A pragmática transcendental de Apel explicita essa renovação. Ela ultrapassa, diz ele, a relação binária sujeito-objeto para situar o sujeito em uma relação ternária sujeito-linguagem-objeto. Por outro lado, a relação com o mundo passa pela linguagem. Por outro, o sujeito não é mais solipsista, mas membro de uma comunidade de linguagem. (ARMENGAUD, 2006, p. 133)

O sujeito em Apel (ARMENGAUD, 2006) depois das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein deixa de ser solipsista e passa a integrar uma comunidade de linguagem. Isso se deve ao fato de entrar em jogo, agora, o paradigma da comunicabilidade que pôs o sujeito em contato com os outros sujeitos dessa comunidade. Houve também a entrada de um novo elemento, a linguagem, e, agora, é esta quem vai mediar o conhecimento e o mundo para o

sujeito, ela vai ser a mola que sustentará toda forma de conhecer o mundo. Essa relação ternária da qual falou a autora vai facilitar de alguma forma a visão que se tinha do sujeito, fazendo com que o mesmo tenha uma evidencia maior e seja uma figura que se sustenta na linguagem. Com relação aos outros sujeitos da mesma comunidade, assim nos fala Armengaud:

O indivíduo não pode se assegurar *a priori* e com segurança a certeza quando ele pensa de modo solitário em sua existência tanto em referência a esse jogo transcendental quando as suas regras... O indivíduo é antes de tudo um *homo sapiens* socializado com sucesso por sua competência comunicacional: ele se constitui como um ser que sempre esteve identificado com a comunidade ideal de comunicação e que aceitou implicitamente as regras pragmáticas e transcendentais de comunicação... (APEL, apud ARMENGAUD, 2006, p. 136).

Em Apel (Op. cit. ARMENGAUD, 2006), os sujeitos não estão sozinhos, eles pensam juntos numa espécie de consenso, que segundo ele é a confirmação de uma verdade “*A pragmática é uma disciplina filosófica que trata das condições subjetivas e intersubjetivas que permitem um acordo de sentido e formação de um consenso de verdade.*” (Op. cit. p.136). Essa verdade é alcançada como o consenso intersubjetivo, ou seja, se todo mundo concorda em algo, então esse algo é uma verdade, pois ele é aceito por toda comunidade. Nesse jogo consensual, Apel situa os sujeitos num plano político. Para ele, a comunidade real de uso está submetida às condições materiais, sociais e psicológicas, o que é muito diferente de uma comunidade ideal. Essa forma de ver a comunidade, o uso e os sujeitos envolvidos torna-os assujeitados, isto é, são determinados pelo contexto onde estão inseridos. O sujeito aceita implicitamente e, muitas vezes, até inconscientemente as normas pragmáticas de sua comunidade, pois é um ser que vive em função de si e do outro numa espécie de troca mutua de conhecimentos, normas e saberes socializados.

Com relação ao assujeitamento do sujeito as regras sociais de convivência e pela comunicação, veja Bakhtin:

Sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra esta sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial...* (BAKHTIN, 1997, p. 95).

Bakhtin (1997), assim como Apel, concebe ao contexto social uma função ideológica com relação ao uso da língua e o homem. Bakhtin vai mais longe, pois para ele tudo é ideológico, inclusive o que escutamos e vivenciamos no cotidiano. Nesse sentido, Apel, também, atribui algo de ideológico ao contexto do sujeito, pois difere a comunidade real de uso da comunidade ideal, pois nesta o indivíduo pode até criar uma persona por traz dos signos durante sua atuação no contexto virtual de comunicação; o que não acontece naquela, por exemplo, no contexto de uso real, pois os segmentos sociais irão determinar o dizer na hora de dizer.

### **1.4.3 O sujeito na Pragmática Universal de Jürgen Habermas**

Baseado nos princípios de interesse e razão, um paradigma kantiano, Habermas (ARMENGAUD, 2006), concebe ao sujeito falante uma emancipação crítica com relação às pressões sociais, através da busca do domínio do próprio destino de viver em comunidade. Isto porque Habermas é um crítico social agudo e vê essa comunhão de homens como uma forma de juntos amenizarem as pressões que pesam sobre as pessoas. Esse mesmo autor acredita que a vontade de controlar seu destino é que a humanidade tenta viver em comunhão. Assim, Jürgen Habermas se pronuncia:

de uma comunicação universal e pública consagrada a questão pratica de saber como os homens podem e querem viver juntos no quadro das condições objetivas determinadas pelo poder imensamente aumentado de que eles dispõem sobre as coisas (HABERMAS, apud ARMENGUAD, 2006, p. 138).

Dessa forma, Habermas acredita que só uma comunicação de forma universal poderá atingir todas as pessoas e fazer com que elas juntas tentem se libertar das pressões sociais e adquiram mais domínio sobre a realidade objetiva. Para ele, essa maneira de viver juntos e aprender também juntos os saberes de uma dada comunidade é que dará emancipação aos homens. Na realidade, Habermas dá a linguagem um poder emancipador, com o qual todos os indivíduos em discussões, ou seja, exercendo seus atos de fala, conseguirão atingir um consenso livremente elaborado, ignorando as pressões sociais, pois a linguagem é, senão, uma escolha pública de prática social.

Habermas reconhece no sujeito não apenas sua competência lingüística quanto ao uso livre da linguagem, mas também uma competência comunicativa, na qual se situa um elemento racional que é um modelo universal pertencente a todas as linguagens:

A competência comunicativa tem um núcleo tão universal quanto à competência lingüística. Uma teoria geral da ação discursiva descrevia o sistema fundamental das regras que os sujeitos adultos falantes dominam e que lhes permitem preencher as condições para uma utilização apropriada das frases nas enunciações, em qualquer língua particular a que pertencem às sentenças e quaisquer que sejam os contextos em que as enunciações estão encaixadas. (HABERMAS, apud ARMENGAUD, 2006, p. 139).

Ao explicitar a ação comunicativa do falante em um contexto, Habermas diz que esse falante ao falar de acordo com a realidade exterior que lhe é imposta pelas normas sociais, e mesmo ao explicitar algo de si, diz também de algo social que assim definiu seu falar. No entanto, segundo o autor deve-se acreditar fielmente nas ações do sujeito, já que o mesmo está falando uma verdade de acordo com as normas sócias, e, portanto, verdadeira. Segundo esse mesmo autor não devemos desconfiar se o sujeito está representando algo sob algum tipo de fachada<sup>9</sup>.

E, finalmente, Habermas pretende situar a comunicação e o sujeito falante no contexto histórico-cultural, no qual a fala do sujeito é determinada por seu subjetivismo, ou seja, sua fala é uma verdade que expressa a sociedade onde vive e pelas próprias normas sociais da

---

<sup>9</sup> - A esse respeito ver Goffman- a representação do eu na vida cotidiana, vozes, 1975.

sociedade em que ele vive que seriam os traços comunicativos universais, já que é da alçada de todo e qualquer falante envolvido na sociedade. Além disso, o autor propõe que, dependendo do tipo de sociedade e das normas, é que o sujeito representará o seu eu frente aos universais comunicativos.

## 1.5 O sujeito antropológico

O sujeito na vida quotidiana se manifesta como uma representação, um papel que o mesmo desempenha na comunidade onde vive. Dessa forma, qualquer indivíduo com sua formação, religião, ideologia, nível social, desempenha um papel, ou seja, atua de forma a convencer (ou não) os outros de seu papel social. Ora, na sua competência como ator, o indivíduo tenta sem prejuízo dos outros, mostrar uma representação que o mesmo acredita ser mais aceitável em seu meio. Não obstante, o sujeito tenta mostrar para um público desconfiadíssimo, uma imagem positiva de si, mesmo que esta seja uma distorção de sua real condição, pois de acordo com os papéis sociais que desempenha é possível que ele se perca em uma de suas atuações e deixe sua platéia desconfiada.

No seu dia a dia, os sujeitos são expostos à situações que forçam que o mesmo precise ser cínico, para não dizer sincero, para não ferir os “contratos” sociais de atuação. Nessas situações vê-se que muitas profissões como médicas, frentistas, garçons, que lidam em situações de atuação, mais que as que normalmente são comuns, nas quais eles, muitas vezes, precisam usar do cinismo e da enganação para manter a situação de atuação sem maiores conflitos. Fregueses muito exigentes costumam atormentar garçons até bem experientes na arte de servir; Senhoras muito ansiosas costumam mandar verificar inúmeras vezes se o pneu do carro está realmente calibrado.

No tocante aos papéis desempenhados pelos sujeitos com relação a sua atuação:

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre em qualquer lugar, mais ou menos consciente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis

que nos conhecemos a nós mesmos. (GOFFMAN, apud, EZRA PARK, p. 27).

Nas atuações do dia a dia cada indivíduo possui uma máscara<sup>10</sup> que é a própria pessoa que desempenha um papel frente aos demais indivíduos. É um papel consciente, pois é nele que o homem conhece a si mesmo e aos outros. Essa máscara é mais do que nós podemos imaginar, já que, em alguns casos, a mentira é uma idealização de nós mesmos, uma projeção ou até mesmo uma aspiração de ser aquilo que desempenhamos como atores. Esse fato leva a crer que as pessoas de um modo geral sabem qual é o seu papel social, já que reconhecem no outro um papel que não é o seu. Essa é uma forma de ver o outro e saber que seu papel é diferente, é importante tanto quanto o outro.

Com relação à representação de nós mesmos como pessoas ou máscaras:

Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos por chegar a viver – esta máscara é o mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas. (op. cit. p. 27).

Como sujeito, a máscara que o eu representa é a concepção que se tem de si mesmo, ou seja, uma representação formal de sua personalidade, uma construção discursiva e ideológica, pois seu status de pessoa é a sua interpretação perante os demais sujeitos discursivos. Essa representação é mais fiel a si mesmo do que o próprio indivíduo de carne e osso, pois o papel que desempenha faz parte de sua personalidade e diz mais de si do que o

---

<sup>10</sup>- Nesse sentido Goffman discorre sobre a verdadeira etimologia da palavra “máscara” que vem de “persona”, resguardando seu sentido como a forma que as pessoas do teatro Grego figuravam seus personagens utilizando máscaras para representar os seres sociais do mundo real.



simples indivíduo. Inferindo, podemos dizer que a atuação é que produz o sujeito, ou seja, sua formação é discursiva, feita de “palavras” como no princípio (In principio erat verbum). Com efeito, a máscara que o eu representa é aquilo que corresponde a ele. A máscara é construída a partir do eu para os outros, enquanto os outros também mascaram. É um jogo dialético, no qual se cria a personalidade dos indivíduos em convivência como os outros.

## **CAPÍTULO II: Um sujeito em Saussure, Benveniste e Chomsky**

### **1- Saussure: o sujeito excluído da Lingüística**

Ferdinand de Saussure em seu célebre “Curso de Lingüística Geral” publicado postumamente é quem dá as bases de uma lingüística moderna, inaugurando o chamado Estruturalismo Lingüístico, corrente teórica calcada unicamente na forma, e que inaugura a Lingüística como ciência autônoma e com objeto de estudo delimitado. Grande passo foi dado por De Saussure ao estudo da linguagem no tocante ao estudo sistêmico da língua enquanto sistema virtual de signos lingüísticos; no entanto nos postulados do mestre de Genebra, o sujeito não teve tanta evidência em sua teoria. Porém não se sabe o que realmente De Saussure, intitulado “Pai da Lingüística” quis dizer, já que a obra foi publicada por seus discípulos com bases nos escritos do mestre. Lendo-se nas entrelinhas, percebe-se que De Saussure se refere a uma Lingüística da Fala que pode ser objeto de estudo, mas que naquele momento aquele não era seu objetivo, tanto que a Lingüística da fala não teve seu lugar de destaque na época, mas foi a base que deu origem a uma gama de estudos, todos pautados no sujeito como o centro dos estudos lingüísticos posteriores.

Saussure, na época, não chegou propriamente a falar sobre o sujeito, mas disse haver uma Lingüística, que poderia compartilhar seus conhecimentos com as ciências conexas como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia (isso em forma de uma pergunta?) e que inclusive seria digna de estudos, entretanto deixou claro que naquele momento a lingüística precisava delimitar-se e definir-se. Essa postura de De Saussure não nega o sujeito, apenas retira-o dos seus estudos como um corte epistemológico necessário para a época, já que para o próprio Saussure seria impossível estudá-lo, pois ele era multifacetada e não se poderia inferir em sua unidade. Na filosofia de Nietzsche Deus esteve onde sempre esteve apenas o próprio filósofo foi quem nunca admitiu isso. O resgate de Deus veio bem depois. O sujeito em Saussure assim também o foi.

Durante muito tempo com o Estruturalismo se estudou a linguagem do ponto de vista do sistema, no qual não se apresentava no intercurso das reflexões o sujeito produtor dos enunciados. A linguagem era a língua estudada como sistema arbitrário de signos, virtual e invariante, pois para poder aceitar a variação se tinha que levar em conta que a variação era

feita por quem falava, o que fez com que se pensasse na impossibilidade de se estudar a fala como se estudava o sistema da língua.

Sobre o problema de se estudar a linguagem (no sentido de fala, grifo nosso), De Saussure já dizia:

tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (SAUSSURE, 2006, p. 17)

Saussure ao postular a língua como objeto da lingüística e não a fala (física, fisiológica e psíquica), não percebe (ou percebe?) o teor prático das duas manifestações, uma vez que se infere que a língua por ser social somente é digna de estudos. Dessarte, Saussure desconhece (ou não?) que já há uma diversidade na unidade e uma unidade na diversidade. Não é difícil perceber que toda unidade lingüística da língua por ser social é plausível de corrupção, ao passo que cada ato individual está de acordo com o postulado social da unidade lingüística e, portanto, uma é a interface da outra.

Sobre a Lingüística da Fala, diz Saussure ( 1969. p.27):

“a atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua tem lugar na lingüística.”

Nesse trecho Saussure deixa bem claro o lugar da fala, que só deve ser estudada se tiver relação com a língua. Infere-se, portanto que se trata da língua como sistema organizado de signos, na qual possuirá um conjunto fonatório que permitirão que essa língua seja utilizada em situações reais de comunicação. De Saussure deixa implícita a noção de fala enquanto sistema organizado de sons e não qualquer tipo de ruído. A língua possui um

sistema abstrato se signos que se concretiza com a fala, que é a outra face do sistema, o uso, redundantemente, a língua posta em uso. Pode-se inferir que em Saussure a noção de sujeito era vaga para não dizer ausente, já que ele não colocou a fala como sendo o objeto de estudos da lingüística. Essa noção implica na não aceitação do ser enquanto sujeito do seu dizer, pois a língua era tida em sua imanência, não carecendo de explicitar o autor do discurso.

Sem dúvida, esses dois objetos [língua e fala, grifo nosso] estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça. (SAUSSURE: 1969. p.27)

Dessa forma, segundo Saussure, língua e fala não se anulam, mas se completam de tal maneira que a língua necessita da fala, logo, dos sujeitos falantes para que ela se concretize, ou seja, ponha a língua em funcionamento. No entanto, a fala, para ser inteligível, necessita do sistema que é virtual e fora do sujeito. Visto dessa perspectiva, o sujeito seria apenas um mero usuário da língua, uso este determinado pela sua inclusão no sistema da língua, visto que para fazer o uso o falante precisa, linguisticamente falando, de combinar e selecionar elementos lingüísticos do sistema para que a língua sirva como meio de comunicação entre seus usuários.

Por outro lado, a fala só será inteligível se tiver uma relação intrínseca com o sistema virtual que todo falante carrega consigo. Em outros termos, Saussure admite que o sistema é que dá inteligibilidade ao sujeito falante na hora de proferir seu discurso, que este está subordinado ao sistema da língua e que somente seus elementos abstratos são dignos de direcionar o discurso no sentido de torná-lo apto a produzir discursos coerentes e coesivos. (paradigma e sintagma), ou seja, sistema e fala estão interligados e, conseqüentemente, sujeito e língua.

No entanto, o mestre de Genebra traz outra afirmação sobre o propósito da linguagem, admitindo que ela “(...) tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 2006, p.16).

Saussure concebe à linguagem um caráter social que era atribuído a língua enquanto sistema, um corpus situado além do sujeito e que era depositado nele passivamente. O sistema não era completo em ninguém, mas era partilhado por todos os indivíduos assim como um dicionário. O lado individual refere-se à fala que não pode ser concebida sem a língua. Daquela Saussure se absteve, e daí não se sabe o verdadeiro motivo, sabe-se que para ele naquele momento esse estudo não era tão importante, mas deixa em aberto a possibilidade se alguém se propuser a estudá-la. Fica evidente que Saussure já desconfiava dessa forma particular de manifestação que é a própria fala, pois como diz o mesmo ela é individual e social [grifos nosso]. Infere-se, grosso modo, que o sujeito já era de alguma forma algo não evidenciado, mas que não estava no centro da linguagem. A fala como algo individual é própria de cada sujeito que possui um caráter, também social, pois ela é a manifestação única dos vários falares que têm uma pertinência junto ao sistema da língua.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica. (op. cit. p. 27)

Visto desse ângulo, o sujeito em Saussure não existe, porque ao fazer a delimitação da linguagem, atribuindo à língua enquanto sistema, o objeto digno de estudo pela Lingüística, deixa o indivíduo de fora, pois o sistema existe por si só e fora do sujeito, pois independe dele. A língua seria, então, esse sistema de signos de caráter social, do qual o indivíduo estaria ausente por fazer parte da manifestação da fala que é psicofísica, isto é, possuir uma série de elementos animados que a caracterizam no momento de sua realização. Esse fato leva a crer que a língua só é psíquica pelo fato de estar na *psique* de cada indivíduo, completando-se no coletivo e não sendo a língua completa em nenhum indivíduo, mas no conjunto de sujeitos sociais, pois independente desses a língua como manifestação individual. *A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos*

*como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos* (op. Cit. p. 27).

Defendendo a primazia do sistema sobre o sujeito, Saussure argumenta que nem as instituições nem as evoluções da língua por meio da fala e as próprias conquistas territoriais, nas quais o sistema da língua é levado para outros povos que falam outras línguas, o indivíduo não intervém no sistema, porque ele é invariável e que cada um recebe a língua da maneira como ela se encontra e não em fase de evolução. De Saussure Lingüística admite uma relação intrínseca entre a língua e as instituições, bem como com a política e a geografia, no entanto em nenhum desses casos há uma intervenção categórica no sistema da língua, visto que esta independe dos fatores externos, o sistema possui valores internos que estão intrinsecamente relacionados por noções de valores e que por isso é alheio ao que lhe é externo. Para comprovar isso usa a célebre metáfora do jogo de xadrez:

Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo (op. cit. p. 32).

Nessa metáfora, Saussure deixa claro, pelo menos em traços mais pertinentes, as noções que defende, de que o sistema da língua não é afetado por nenhum elemento externo a ele, e nem mesmo todas as conquistas, como, por exemplo, do Império Romano [exemplo nosso] sobre a Europa, Ásia e África, na qual a língua latina foi levada pelo povo através das regiões conquistadas e com isso gerando dialetos que, posteriormente, deu origem a um número considerável de outras línguas, inclusive a Língua Portuguesa, que é uma das chamadas línguas neolatinas não teriam influência nenhuma sobre o sistema interno da língua. Nesse sentido somente uma mudança dentro do próprio sistema é que acarretaria mudanças, como, por exemplo, a posposição de alguns tipos de determinantes ao sujeito da oração, algo que não é permitido na Língua Portuguesa, por exemplo.

Explicitando mais claramente o problema dos fatores externos e sua intervenção no sistema é como se para Saussure fosse indiferente, o fato dos determinantes, por exemplo, mais restritivamente ao que se tem em Língua Portuguesa atualmente, o que denominamos artigos definidos. O fato de eles terem vindo de um pronome demonstrativo (no caso a forma *ille*). Na língua latina os demonstrativos tinham uma função dêitica que permeia, basicamente, ao que se tem hoje em termos de sistema. No entanto, esses pronomes na língua falada (*sermo usualis*) assumiram outra função, a de artigos; é que o povo trocava as formas sintéticas da língua latina tida como clássica e desdobrava em formas analíticas. Por exemplo, para designar o substantivo, que era o sujeito da oração que se denominava caso nominativo, os romanos utilizavam a forma *liber*. O povo devido a fatores até hoje sem explicação<sup>11</sup> utilizava a forma analítica *ille liber*, que com o tempo resultou no sintagma nominal restrito /o livro/; para Saussure esses fatores eram inertes ao sistema por ele proposto, pois o sujeito não podia intervir nele. Qual o motivo então da defesa do mestre de Genebra, se ele mesmo era estudioso dessas evoluções e essas são um fato comprovado?

A pergunta tem uma resposta bem categórica. Para Saussure importava o ponto de vista sincrônico, isto é, a língua deveria ser estudada sempre no estado atual em que ela se encontrava, ou seja, um corte no tempo, de nada valendo as fases sucessivas pelas quais uma língua tenha passado. Daí o sistema ser indiferente as essas mudanças. O sujeito, nessa perspectiva, em nada intervinha no sistema, pois ele ia sendo aos poucos depositado em seu cérebro (ver citação, p. 27) de forma passiva sem que este tivesse consciência disso, pois o sistema está fora dele, ou seja, o sujeito é excluído.

Com relação à dicotomia *significante/significado* o autor póstumo do Curso de lingüística Geral discorre sobre a defesa de que o significante e o significado ocorrem dentro do próprio sistema sem nenhum referente externo. Na semântica de Saussure o sentido é interno ao sistema, de tal forma que esses elementos estão dispostos em pares opostos de onde surge a noção de sentido.

Com relação à semântica estrutural, assim escreveu Edward Lopes:

---

<sup>11</sup> - A hipótese mais aceita é a preguiça no falar, a economia e a facilidade de pronunciar uns termos e não outros. Essa hipótese mostrada nas gramáticas históricas diz que por a língua clássica ser muito truncada para a comunicação, preferia-se trocar os vocábulos por outros que facilitassem a comunicação. Com isso criou-se uma série de modificações que modificaram muito a língua latina como, por exemplo, a recusa a vocábulos proparoxítonos, elisões e crases constantes; preferia-se *oculus* a *oculus*, *vetulus* a *vetulus*, etc.

No CLG, Saussure distinguia as relações intra-sígnicas – relações ‘verticais’ no interior de um mesmo signo entre o significante e o significado -, das relações intersígnias – aquelas que cada signo mantém com os demais signos presentes no mesmo enunciado -. A *parole* se desenvolve sintagmaticamente, e ao longo de um virtual eixo de sucessões onde cada elemento discreto (‘palavra’) ocupa uma *posição significativa*. Graças a isso, o significado desse elemento não provém de sua natureza, mas sim, por um lado, da posição que ele ocupa por referência aos outros elementos e coocorrentes em seu contexto e, por outro lado, ele depende dos elementos ausentes desse mesmo contexto, mas por ele evocados, na memória implícita da *Langue*. Assim, raciocinava Saussure, um elemento lingüístico é *puro valor* e o seu significado fica determinado num duplo enquadramento: o sintagmático, discernível no contraste entre elementos discretos *in presentia* na *parole*, e o *paradigmático* (associativo), discernível nas oposições instauradas entre os membros da mesma classe de palavras e memoráveis na *langue*. (LOPES, 1980, p.234-235.)

Para De Saussure o significado se dá dentro do próprio sistema em oposição, quando um signo estabelece uma relação de oposição aos demais signos. As relações de que De Saussure falava esta no nível sintagmático em que o significado se dá pela oposição dos signos na cadeia linear da disposição dos signos; o outro era uma relação em que se estabelecia o sentido através da relação opositiva com o que está ausente do sistema, ou seja, se dá nas relações paradigmáticas. Nesse modelo de descrição lingüística, o sujeito continua também inexistente. Tendo em vista que o sistema por si só é quem estabelece as relações de sentido, o sujeito apenas manipula os elementos lingüísticos do sistema de maneira a ignorar o contexto, pois a relação de sentido não se dá fora do sistema, mas dentro dele.

Nesse percurso da defesa de Saussure, a exclusão do sujeito aparece também na teoria do signo lingüístico, no qual o signo está associado a uma imagem acústica e um conceito. A imagem acústica não representa nem palavra, nem som, mas uma imagem daquilo que o sistema capta como estímulo para produzir um conceito abstrato daquilo que se quer representar mentalmente. Nesse sentido o sujeito está fora, pois o significante apenas é psíquico e não físico ou fisiológico. Semelhantemente, o conceito é a representação abstrata do significante numa forma de fotografia mental de uma coisa que seria o signo; em outras palavras, o signo lingüístico possui uma dimensão apenas psíquica da representação das coisas e fenômenos, não cabendo ao indivíduo nenhuma intervenção sobre esse aspecto.

Quanto à arbitrariedade do signo, Saussure também exclui o sujeito.



A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha de quem fala [...] não está ao alcance do indivíduo trocar alguma coisa no signo, uma vez que ele estabelecido num grupo lingüístico; queremos dizer que o significante é *imotivado* em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (op. cit. p. 83)

Como Saussure dá primazia ao sincrônico sobre o diacrônico, ou seja, a língua é vista sempre atual, o indivíduo já a recebe pronta, uma vez que ela já possui uma série de traços sobre os quais seus antecessores concordaram e que não podem ser modificados por ninguém. A língua vista de uma perspectiva sincrônica é um conjunto arbitrário de signos num conjunto que está fora do sujeito e que foi convencionalmente estabelecido antes que ele existisse, sem contar que a relação do signo com a coisa que representa não é natural, mas convencional, algo que é coletivo, mas que o coletivo não sabe dizer de onde veio.

Outro aspecto da visão de De Saussure é a imotivação do signo, ou seja, ele não parte de um corpo orgânico como o falante, é indiferente a isso, pois sua realização está intrinsecamente ligada ao sistema que não permite que o indivíduo modifique sua estrutura.

E continua, agora, com relação à imutabilidade do signo lingüístico:

os indivíduos em larga medida, não têm consciência das leis da língua; e se não as percebem, como poderiam modificá-las? Ainda que delas tivessem consciência, é preciso lembrar que os fatos lingüísticos não provocam a crítica, no sentido de que cada povo geralmente está satisfeito com a língua que recebeu. (op. cit. p. 87)

Idêntica à idéia acima defendida, o indivíduo não pode atuar sobre os fatos lingüísticos, porque ele recebe a língua tal qual ela se encontra na atualidade, não lhe cabendo intervir nela de nenhuma forma, pois, segundo Saussure, ele não tem consciência desses fatores e aceita, ou melhor, está satisfeito com sua língua, não necessitando nenhuma alteração na mesma.

O indivíduo não é visto em Saussure como ser que realmente domina a sua língua, mas a massa de falante. Isso faz com que se pense que há de alguma forma uma forma social em De Saussure representada pela língua. Essa tendência no mestre de Genebra em conciliar o individual e o coletivo mostra quão complexa é a noção do sistema que só permite à sociedade inteirar-se da língua como instituição social. Além do mais a grande massa tem uma tendência a ignorar as novidades, fato esse que comprova que só no social é que a língua é representada e manifestada, não cabendo ao indivíduo em nada intervir, e sim aceitar o que socialmente foi convencionado em termos de língua.

## 2- Chomsky: o sujeito ideal

Na década de 50, já com o enfraquecimento da Teoria Estruturalista, na qual o sujeito estava atrelado à noção de sistema abstrato, fato pelo qual ele era excluído dos estudos lingüísticos, e que causava certo desconforto, aparece a figura do célebre matemático americano Noam Chomsky com a teoria gerativista. Essa corrente lingüística propunha uma série de modificações no estudo da língua que culminaram nas noções de competência e *performance* (desempenho), estrutura de superfície e profunda, o critério de produtividade e, principalmente a noção de sujeito ideal.

A noção de competência lingüística dentro do gerativismo partia do pressuposto que todo falante conhece bem a sua língua e a domina completamente; esse mesmo princípio destaca a persistência do mentalismo<sup>12</sup>, no qual o sujeito possui uma predisposição inata para aprender determinada língua, fato este que introduz a noção de gramática internalizada, na qual o falante nasce com a capacidade para aprender qualquer língua com a qual entra em contato o que adquire no convívio com os demais sujeitos.

Nessa perspectiva chomskiana, o falante tem antes de falar a capacidade mental de formar frases corretas antes de introduzi-las na situação comunicativa. Pode-se inferir a esse respeito que o sujeito chomskiano é um pré-falante lingüístico que antecipa a sua atuação antes mesmo de se comunicar. Esse sujeito que o próprio Chomsky chamou de ideal(izado)

---

<sup>12</sup> - Esse fato pode se levar a considerar o sujeito em Chomsky como mentalista, já que este em termos de linguagem, prever a sua atuação pelo fato de dominar a língua em sua estrutura interna e poder presumir as frases que irá produzir quando for desempenhá-las.

domina o código lingüístico mentalmente com as estruturas que adquiriu segundo a sua capacidade inata e não figura o ser lingüístico real inserido numa comunidade real de uso da língua, isto é, ele é amputado de suas percepções do mundo dito real e não compartilha com seus semelhantes à língua que adquiriu; ao que parece esse sujeito permanece em um sistema abstrato e individual que não foge às noções de estrutura. A noção de competência para Chomsky, além do fato de evidenciar o conhecimento da língua pelo sujeito, propicia o surgimento do sujeito mental e pré-lingüístico e introduz a noção do sujeito e do objeto, fato que marca as condições de aquisição lingüística pelo falante.

Com relação ao sujeito:

O sujeito deste conhecimento é um falante-ouvinte ideal(izado). A articulação “falante-ouvinte” assinala a abstração metodológica dos papéis(e de tudo que a eles está agregado) que alternadamente assume um falante no exercício lingüístico: procura-se, pois, caracterizar a capacidade compartilhada pelos sujeitos envolvidos no acto (sic) verbal, assumindo-se uma “neutralidade” a respeito da diferenciação locutor-receptor. Por outro lado, a abstração prolonga-se e amplia-se pela consideração do falante-ouvinte como o indivíduo que “sabe perfeitamente a sua língua”, que está situado numa “comunidade lingüística homogênea” e que no exercício verbal não é afectado (sic) por fatores gramaticalmente irrelevantes, isto é, por *contraintes* que Chomsky situa particularmente ao nível psicológico ou psicofisiológico (ignorando outros, designadamente os de natureza social) (FONSECA & FONSECA, 1990, p. 53-54)

Chomsky deixa claro sobre o sujeito ideal(izado) uma individualidade absoluta, talvez fruto de uma abstração reativa ao coletivo proposto por Saussure; nessa investida o matemático situa o sujeito ideal num plano metodológico que não diferencia os papéis alternados do EU e do TU, ficando o sujeito como “numa espécie de monólogo lingüístico”, já que a função do outro é inteiramente descartada.

Não obstante, alhures, o sujeito ideal(izado) é um gênio que conhece perfeitamente a sua língua no sentido mais literal do termo, e está dentro de uma comunidade lingüística que é homogênea, ou seja, não há variação lingüística. Nesse contexto o sujeito conhece a língua no sentido de sua organização mental, não lhe sendo possível reconhecer o verdadeiro uso da

linguagem e, portanto uma espécie de monstro. Nesse sentido Chomsky situa o indivíduo falante no nível fonológico e sintático, do qual decorre a fala como realização da sua gramática internalizada e a estrutura dessa gramática em frases corretas.

O sujeito em Chomsky implica no sujeito do conhecimento, uma abstração metodológica herdada do cartesianismo, que dá primazia do conhecimento do sujeito sobre o objeto. No ínterim dessa questão, o sujeito ideal(izado) é um ser de conhecimento que observando o objeto(do conhecimento) consegue aprendê-lo e abstrair as noções pertinentes a este, não se assegura, no entanto, o conhecimento verdadeiramente científico. De uma forma ou de outra Chomsky sustenta que o sujeito ideal(izado) é quem detém o conhecimento sobre os fatos (nesse caso, o lingüístico), mas não sendo em si o sujeito que realmente tenha o status de sujeito que fala a sua língua, pois verdadeiramente, lhe faltam os percalços que lhe assegurem isso.

Com relação ao objeto do conhecimento do sujeito ideal(izado):

*O objecto (sic) deste saber, isto é, aquilo que o código, aqui representado como um conjunto finito de regras que manejam um conjunto também finito de unidades lingüísticas e que garantem a enumeração explícita e exaustiva do número infinito das frases de uma língua, ou, melhor, de um conjunto de estruturas subjacentes às (e, por isso, explicativas das) frases, em número infinito, que perfazem a língua. (FONSECA & FONSECA, 1990, p. 53-54)*

O objeto de domínio do sujeito ideal(izado) é o próprio código lingüístico que está na cabeça do falante. De posse de parte desse conhecimento, um conjunto finito de regras de uma língua, esse sujeito consegue produzir em termos de desempenho, uma quantidade também finita de frases que garantem as estruturas lingüísticas de uma língua. Desse fato decorrem que o sujeito conhece a língua em partes finitas que permitem sua combinação exaustiva no interior do sistema que, por sua vez, garante a produtividade de outras frases a partir das que o sujeito já domina. Essas frases não mais são do que uma explicação as demais frases que chamaremos de primárias ou conjunto finito dominado pelo falante, que combinando-as, dá á língua seu caráter de língua. Dessa postura chomskiana, também se pode inferir que o sujeito não conhece bem a sua língua, mas parte dela figurada na pequena quantidade de regras que domina e que permite constituir todo o sistema lingüístico.

Da perspectiva chomskiana pode-se fazer algumas inferências a mais:

- I- A competência se constitui como uma capacidade mental que apóia o mentalismo, dado pertinente à Gramática Gerativo-transformacional que amplia a *language and Mind*, até que se reconheça realmente a realidade psicológica do sujeito em termos de regras que se agregam à própria noção de competência;
- II- No sujeito, a capacidade criativa e interpretativa resulta de um saber inconsciente (preferível pré-reflexivo), que naturalmente não coincide com o uso que o falante-ouvinte possa fazer;
- III- Um conhecimento sistemático das regras, entidades e unidades que constituem o sistema.

Todo esse conhecimento que Chomsky supõe que o falante-ouvinte possui está na base da sintaxe, com o qual esse indivíduo tem a capacidade de criar frases novas nunca antes produzidas nem passadas pela sua experiência, passando sistematicamente e automaticamente a reconhecê-las como aceitáveis e não-aceitáveis. O Sujeito reconhece as frases novas produzidas através de sua competência e consegue detectar nelas sua má-formação, identifica os tipos, subtipos e suas relações na cadeia linear e, sobretudo, desfazer ambigüidades resultantes de construções homônimas (perfeitas e imperfeitas), fatos esses, todos de natureza sintática e fonológica que domina a gramática Gerativo-transformacional, unindo respectivamente função e som.

A competência, sobretudo, é um processo complexo no qual o sujeito adquire naturalmente a língua como “dados lingüísticos primários” devido à faculdade que cada um carrega como inata e que é característica da espécie humana, o que quer dizer que em termos de competência o indivíduo interioriza a gramática de sua língua.

A *performance* é a outra face do binômio competência-desempenho, um ato potencial no qual o sujeito, dito ideal(izado), põe o exercício da fala na prática. Refletindo nos termos designados como competência, esse sujeito fabricará frases perfeitas, resultado de sua pré-reflexão, ou seja, antes de por a língua em exercício, pois esse exercício não é afetado por fatores gramaticais, nesse caso, irrelevantes. Nesse sentido, o sujeito também sabe falar bem a sua língua, pois o próprio ato comunicativo não é afetado pela variação, já que o sujeito combina na sua estrutura profunda as várias possibilidades de formação de frases perfeitas em bases de competência e as enuncia em uma comunidade homogênea e estática.

### 3- O sujeito enunciativo em Benveniste

Ao que tudo indica Benveniste foi beber diretamente na fonte Saussuriana, já que o mesmo faz algumas defesas do mestre suíço, legando a ele o lugar de fundador não apenas da lingüística estrutural, mas também das bases da lingüística da enunciação. Todo lingüista moderno deve a Saussure, direta ou indiretamente, pois sua teoria é à base da maioria das investigações na área da lingüística; Não há como se falar em lingüística sem que seu nome seja evocado.

Èmile Benveniste foi quem lançou as bases de uma teoria da enunciação, na qual o sujeito aparece como o pronome “eu” que se dirige a um “tu” e a um “ele”, na qual o eu se constrói em oposição a esses, e esses se constroem por se reportar a um eu. Benveniste ao formular que nas estruturas lingüísticas havia o indício daquele que as produzia, e de onde emana toda a atividade criativa, introduz na lingüística, o sujeito, que durante muito tempo foi negado. O próprio sujeito, ao enunciar-se, cria diante de si o “tu” que, por muitas vezes, isso em um processo de diálogo, reclama outro “tu”, já que pode configurar-se como um “eu”.

Nesse processo Benveniste lança em seu célebre artigo “Aparelho formal da enunciação” o sujeito enunciativo. Para o autor, o fato de haver pronomes pessoais e marcadores de tempo, lugar e espaço é uma prova substancial da existência do sujeito, uma vez que essas formas, ao serem utilizadas, remetem sempre a um ser animado que se faz enquanto eu. A criação do “eu” é, ao mesmo tempo, uma tomada de posição: o eu que diz eu, nas palavras de Benveniste “*é ego que diz ego*”, o eu que reclama um alocutário, embora, em muitas vezes, possa haver o monólogo lingüístico: o eu se enuncia a um tu interiorizado.

De fato, pode-se falar consigo mesmos e criar até situações nas quais o tu interior nos remete uma resposta. O que Benveniste não percebeu ( se percebeu!) foi que ao introduzir um “eu” que reclama um “tu” ele criou uma não pessoa na pessoa do “ele”.<sup>13</sup> Esta forma no

---

<sup>13</sup> - O pronome ele não existia na língua latina; veio de um pronome demonstrativo *ille* que no sermo vulgaris passou a ser usado como partícula que antecedia alguns nomes ditos substantivos e adjetivos ou assumindo a posição de referente na situação de comunicação. Esses passaram às línguas neolatinas com a designação de artigos e o pronome pessoal *ele* /, com sua presença, hoje, latente em Língua Portuguesa. Na língua-mãe o pronome ele não existia; os gramáticos latinos o substituíam por um demonstrativo *ille*, que no sermo usualis passou a vigorar em língua portuguesa. Portanto pode-se dizer que não temos artigos nem a terceira pessoa ele em Língua Portuguesa, mas sim, pronomes demonstrativos que evoluíram até nós.

momento da criação do discurso fica fora do eixo falante-ouvinte, já que o *ele*, está mais para o referente da situação enunciativa do que os sujeitos envolvidos no processo comunicativo.

Assim sendo, segundo Benveniste, a noção de sujeito é:

A ‘subjatividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como uma unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa ‘subjatividade’, quer apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que diz ego. Encontramos aí o fundamento da ‘subjatividade’ que se determina pelo status lingüístico de pessoa (BENVENISTE, 1976, p. 286).

O sujeito proposto por Benveniste é o fenômeno da pessoa, aquele que possui a competência de se manifestar enquanto alguém que fala, e que quando faz isso instaura o próprio status de sujeito: o sujeito que se pronuncia como sendo o “EU” que instaura um “TU” como seu interlocutor e, da mesma forma, também um “EU” do outro lado que produz um “TU” do lado de cá. Ora, o sujeito benvenistiano é um ser que tem consciência de si e é o reflexo daquilo que o fez enquanto sujeito, levando em conta que esse se constitui em relação aos outros e, que de certa forma é os outros em si mesmo. O que o autor propõe é o sujeito enquanto pessoa, que experimenta a linguagem e dá a ela o seu atestado de dono do produto (ou do processo). É um fenômeno egóico, que se fundamenta em si quando enuncia.

A noção de sujeito posto em Benveniste é o sujeito lingüístico com status de pessoa. O mesmo autor nos fala de um fenômeno que é uma propriedade própria daquele que enuncia linguagem e que diz algo dele mesmo. Em Benveniste o sujeito se situa na esfera do discurso, pois o autor vê o sujeito a partir deste e não simplesmente o ser de carne e osso sem o discurso e é nesse discurso que o eu se inaugura e instaura um tu, aquele que, dependendo da perspectiva também poderá desempenhar as funções do eu.

Benveniste se envereda pelo caminho da enunciação. A noção de sujeito posta por ele não é o sujeito da comunicação, nem do discurso, pois no seu domínio, a entidade egóica por ele proposta tem consciência de si e não da situação de comunicação nem da superfície discursiva, apenas toda vez que enuncia se propõe enquanto locutor e produtor de discursos. Veja como o autor identifica o sujeito: toda vez que ele se enuncia é que ele se estabelece como sujeito, então é o discurso que define o status de sujeito e as condições da enunciação no momento de produção dos discursos.

Ainda, segundo Benveniste sobre a constituição da enunciação com base no sujeito:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84)

Em “Aparelho formal da enunciação” Benveniste acentua que para haver enunciação é preciso colocar como centro aquele que produz a enunciação, ou seja, o próprio sujeito e o outro num princípio de alteridade. Essa emergência de por o sujeito no centro das discussões sobre linguagem e, especificamente, a fala, é a constituição da própria enunciação que sem o referente produtor não seria ela mesma. É uma situação que põe em jogo as instâncias discursivas que remetem ao próprio sujeito, sem o qual não teríamos nem referente, nem enunciação.

O mérito de Benveniste é o de colocar o sujeito no centro das relações discursivas como dono de seu ato de fala, seja ele determinado ou não pelo outro ou pela situação de comunicação, o que era uma necessidade urgente para abrir novos horizontes nas discussões a respeito da linguagem. Para ele (Benveniste) as formas assumidas pelos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa são o indício da presença do sujeito na linguagem, pois toda vez que ele se enuncia instaura o status de sujeito, bem como as marcas de tempo e espaço marcadas pelos modalizadores, os quais instauram a presença latente espaço-temporal do sujeito na linguagem.



O sujeito temático ou da enunciação em Benveniste é, ao mesmo tempo onisciente e onipresente, através das marcas lingüísticas que deixa no enunciado. Esse sujeito se apropria da língua e domina seu código partindo do aspecto fonético-fonológico até a sintaxe e a semântica conferido-lhe uma forte carga de subjetividade que permite que este seja dono do seu dizer e ao mesmo tempo onipresente e onisciente. Primeiro porque o discurso heterogêneo permite sua presença em qualquer esfera enunciativa e segundo porque tem consciência de si ao inaugurar o seu dizer, como diz e onde diz. A forma do sujeito em Benveniste, ao que parece, não leva em conta fatores de natureza social, que interferem no dizer desse sujeito, visto que o grau de onipresença e onisciência desse sujeito esta acima do social; ele apenas se apropria da língua e enuncia, e a partir disso instaura o seu eu, uma entidade supra-individual e ao mesmo tempo coletiva por também manifestar os vários dizeres que a linguagem pode oferecer.

mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais produzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida. (BENVENISTE, 1958, p. 82-83)

Dentro da enunciação o sujeito se apropria da linguagem fazendo dela sua identidade discursiva. Nela os enunciados são únicos e irrepitíveis, pois nem os sons nem qualquer outra espécie de manifestação se realizam da mesma forma, visto que nesse sentido o discurso é dinâmico e permite ao manipulador dele uma infinidade de realizações e experiências que não se assemelham umas com as outras. Nesse sentido há uma manifestação individual do sujeito enunciativo decorrente das diversas situações enunciativas.

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
BIBLIOTECA SETORIAL  
CAJAZEIRAS PARAIBA

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. (BENVENISTE, 1958, p. 84)

Em Benveniste temos a noção de sujeito lingüístico, aquele que está marcado na própria língua através de traços de subjetividade evidenciados por formas gramaticais como os pronomes pessoais, certos advérbios e locuções adverbiais, as marcas de tempo e espaço. Estas formas não especificam uma gramática em si, mas a subjetividade daquele que produz enunciados utilizando os mesmos para se situar no mundo e referir-se a ele. O fato de o locutor dizer que, por exemplo, “nossa, como está quente hoje!”, não é simplesmente a constatação de uma idéia de que esteja realmente fazendo calor, mas um ponto de instauração de um discurso que diz algo que está quente, e que alguém utilizando a língua disse que estava quente, e mais ainda, quando disse se dirigiu a alguém, ou para manter um contato, realizando um ritual, ou mesmo tentando falar de outras coisas, onde o tempo e o lugar são sempre o ponto de partida. Nesse sentido há um contrato pragmático no qual o locutor é também um co-locutor, pois sua manifestação discursiva inaugura, no momento da fala, o EU e o TU, criando sua identidade, ao mesmo tempo em que se identifica com o processo enunciativo.

Para Benveniste a língua antes da enunciação e da presença daquele que enuncia de um ponto desta, nada mais é de que a possibilidade da língua, isto é, que a língua em si (sistema) só atinge as possibilidades inerentes a ela mesma no plano gramatical, as noções do uso do sistema abre uma serie de possibilidades que esse não possibilita em termos de discurso, sujeito e situação de comunicação.

Uma das formas reveladoras da subjetividade é o tempo. Deve-se, segundo Benveniste, tomar cuidado com o tempo físico e crônico. O primeiro é correlato do psíquico e está no domínio do sujeito que o manipula segundo seu tempo interior, e ao fazer isso instaura a pessoa no tempo como um dado de atualização, de identidade e a visão consciente de sua existência pessoal. O tempo crônico mediria apenas os eventos que sucedem no tempo, são os acontecimentos históricos datados para uma cronologia temporal que faz o homem legar aos seus contemporâneos os fatos acontecidos no tempo em que sujeitos manipulavam o tempo.

Nessa perspectiva terá o tempo cronológico pouca importância para o sujeito, já que este pode reportar-se a eras mais remotas e atualizá-las no discurso cotidiano. De fato, sujeitos em suas práticas discursivas estão o tempo todo se situando no tempo, fala do passado, do futuro no tempo presente, forma que garante a consciência coletiva e individual dos acontecimentos pelos quais a humanidade vivenciou (e vivencia?). O tempo crônico assume

sua importância ao conjugar-se com o tempo físico da instauração do discurso a partir da enunciação.

No tempo crônico, o que denominamos “tempo” é a continuidade em que se dispõem em série de blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo. Ora, o tempo crônico, como o tempo físico, comporta uma dupla versão, objetiva e subjetiva. (BENVENISTE, 1989, P. 72-73)

O tempo é indefinido, nele os fatos se situam numa linha imaginária que vão sendo registrados com a experiência humana num tempo físico que é atual. Na verdade até a própria noção dos acontecimentos está no vácuo, o tempo que serve para registrar em blocos o passado longínquo, guarda também os dados históricos constitutivos do sujeito que é quem faz a história. Nesse sentido os dois tempos (crônico e físico) comportam duas versões, uma objetiva relativa aos dados que estão situados no tempo e que possuem uma relação intrínseca com os próprios dados (fatos e parte física) e outra subjetiva que faz relação com os dados subjetivos relativos aos próprios sujeitos envolvidos nas práticas sociais. Os dois tempos estão dispostos ao cronômetro das ações humanas, as alternâncias do dia e da noite e ao calendário.

Por outro lado há o tempo lingüístico ligado às instâncias discursivas de como o tempo se instaura na atualização dos discursos dos sujeitos. Esse tempo chamado de “presente” é o ponto de referência entre o que foi (passado) e aquilo que virá a ser (futuro), ambos situados relativamente em relação ao tempo contemporâneo. Nesse tempo o locutor situa seu discurso na atualidade se referindo ao passado ou projetando-se ao futuro, condição, muitas vezes tão necessárias, mas que estabelece uma noção de tempo em que se situando, o homem situa o tempo no tempo do tempo. Por vezes o tempo lingüístico irá se confundir com o tempo físico, visto que esse pode passar de um tempo atual (lingüístico) ao tempo crônico e físico, dada a flexibilidade do discurso de poder mover-se em direção ao passado e ao futuro.

Do tempo lingüístico indicamos a sua emergência no seio da instância de discurso que o contém em potência e que o atualiza. Mas o ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é cada vez nova. Em consequência disso, a temporalidade lingüística deveria se realizar no universo interpessoal do locutor como uma experiência irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida. (op. cit. p. 77)

Na atualização do tempo lingüístico o locutor toma para si a instância discursiva numa condição específica de referir-se ao passado e ao futuro a partir do presente tornando o discurso atual e, ao fazer isso não transmite a seu alocutário, mas vivencia com ele esse tempo da mesma forma que ao se apropriar da língua instaura o TU, analogamente faz o seu interlocutor participar de seu tempo lingüístico no tempo presente. É que a língua posta em uso dá a possibilidade ao locutor de mover-se no tempo e situar o discurso seu e de seu alocutário.

Para esses movimentos de retrocesso e de previsibilidade a língua possui elementos específicos que marcam linguisticamente essa temporalidade. O fato de existir na língua certas categorias gramaticais chamadas de advérbios como “ontem”, “amanhã”, “antes de ontem”, “depois de amanhã” é a marca subjetiva de que o sujeito dispõe na enunciação para reportar-se no tempo, e assim atualizar o discurso seu e de seu parceiro, que em alternância pode fazer o movimento contrário, o de tornar-se, também, o EU.

Analogamente às expressões de tempo, as noções de lugar especificam a atualização do discurso e dos lugares onde ela acontece. Na língua há elementos que marcam essa espacialidade que também é reflexo dos advérbios como aqui, ali, acolá, que nas palavras de Benveniste é o *Hic et nunc*. Essas duas categorias (tempo e espaço) delimitadas pela língua quando posta em uso, além de marcar a presença do sujeito na língua, lhe dão a possibilidade de situar-se no tempo e no espaço e ao mesmo tempo atualizar seu discurso.

### **CAPÍTULO III: Considerações sobre os sujeitos em Saussure, Chomsky e Benveniste**

No cômputo geral, as teorias estruturalistas e gerativistas manifestaram uma tendência própria a se preocupar com a língua em termos de estrutura abstrata. Tanto Saussure quanto Chomsky se apresentam unânimes em considerar o sujeito com noções abstratas do campo do uso.

A tendência saussuriana foi bem singular no que compete à própria noção de Ciência Lingüística. O seu esforço em delimitar o campo da Lingüística, verdadeiramente, com seu objeto de estudo, guiou-o no favorecimento do sistema, que em termos mais explícitos, tratou do código lingüístico enquanto Lingüística. Essa visão, hoje, considerada superada (ou não) pelas disciplinas que dizem trabalhar com dados pertinentes a noção de fala (*parole* saussuriana), e que de uma forma ou de outra enveredam pelas noções de uso da língua como um dado constitutivo do próprio sujeito que fala como fala e de onde fala, trouxeram à tona, o sujeito que, verdadeiramente, ao falar pertence a uma comunidade real de uso.

Não se nega, portanto, os esforços do mestre de Genebra em caracterizar a lingüística como o estudo das formas desvinculadas do contexto de uso, mas amplia-se a visão anteriormente posta para noções mais complexas que constituem o próprio ato verbal. Em Saussure, o sujeito apenas manifestava na *parole* os dados lingüísticos que o sistema permitia; mesmo assim, o sujeito era excluído porque não poderia inferir na língua, não podendo alterá-la nem mesmo falar em termos de enunciação, pois a variação que é um dado, hoje, perceptível, para a época basicamente não existia. A fala aparecia apenas como uma explicação aproximada de como deveria ser o ato verbal. V. CLG, p. 19. Mesmo assim, o conceito que De Saussure defendia de fala remetia à imagem acústica que eram sinais enviados de um cérebro ao outro e que era interpretado pelo mesmo como conceito, isto é, não eram sons vocais.

Um fato bem marcante na teoria de Saussure é a distinção que ele faz do coletivo e do individual com relação à língua enquanto sistema abstrato. O coletivo seria a língua, portanto geral, e que se podia estudar, dissecar, e dar nomes às suas partes constitutivas. Nesse ponto o coletivo pode assumir as noções de sujeito coletivo, já que o termo que aparece como representante da massa amorfa na qual iam-se depositando os sinais que compunham o sistema um sujeito excluído, portanto o próprio sistema. Possivelmente, desses sinais que se

depositavam no indivíduo de forma passiva e que independia de sua vontade, seja a fonte de Chomsky com relação ao inatismo, pois em nenhum momento Saussure afirmou que esses sinais que se pode interpretar como sendo a língua eram feitos com animais, mas exclusivamente da espécie humana.

A exclusão do sujeito em Saussure é evidente, pois a língua enquanto sistema abstrato foi que teve primazia sobre o indivíduo, como um próprio dado do positivismo de Comte, no qual aquilo que é claro, objetivo e racionalizável é que atinge o conceito de científico. Essa postura não negou o indivíduo, apenas o excluiu como forma de dizer que na época ele não era importante, mas que ficava a deixa para quem se propusesse a estudá-lo, nas palavras de Saussure.

Noam Chomsky parte do coletivo para o individual, tentando ater-se na *parole* saussuriana para caracterizar o sujeito que também não representava o sujeito em si, mas um artefato desvinculado do contexto social que como pode-se inferir não saiu, também, do sistema. O seu esforço em caracterizar a linguagem como uma potencialidade humana calcada no inatismo trouxe à tona um sujeito ideal que não condiz com a realidade real da língua posta em uso. Nesses termos, Chomsky, apesar de sua imensa contribuição à lingüística moderna, caiu no mesmo campo que Saussure. As noções por ele explicitadas com relação ao binômio competência-desempenho confundem-se, se não, reproduzem o que o Pai da Lingüística formulou como *langue/parole*.

A competência/desempenho versus língua/fala diz tudo daquilo que o sujeito sabe em termos de língua como um sistema abstrato intocável que o sujeito põe em uso no momento da fala, embora essa fala em ambos seja programada por dispositivos controlados que dispensam a atividade do sujeito no campo real de uso. Nesse sentido, Chomsky pouco acrescentou ao que Saussure havia dito, pois as noções de um estão imbricadas no outro, de modo que o que foi dito explicitamente em Saussure, está explícito em Chomsky.

Verificando mais a fundo, tanto o estruturalismo quanto o gerativismo não ultrapassaram o limite da frase, que em Saussure aparece implicitamente nas noções de paradigma e sintagma e em Chomsky criatividade nos parâmetros fonológicos e sintáticos na criação de frases novas. Nesse caso, torna-se até mais complexo pelo fato do falante-ouvinte de Chomsky conhecer a língua e detectar erros de construções sintáticas em frases que esse sujeito jamais ouviu ou vivenciou. Em termos gerais o sujeito excluído em Saussure e ideal(izado) em Chomsky são a mesma face do sujeito que não é real e que não faz parte de uma comunidade real de uso da linguagem.

Vendo sob a luz da linguagem posta em uso como é o caso das disciplinas como Análise do Discurso, Pragmática, Teoria da Enunciação, Sociolinguística e outras mais, o sujeito de Saussure e Chomsky são irrealis, pois são amputados da sociedade como um todo, não adéquam sua linguagem ao lugar e à forma como dizem suas frases. Nesse sentido, ambos, também, descartaram o contexto social.

O fato de Chomsky ter formulado sua teoria na base estruturalista, fez com que se pense que o mesmo continuou trabalhando com a noção de código lingüístico. O sujeito passou de excluído para ideal, fato que remete a mesma coisa, sujeito irreal; o contexto continua sendo o mesmo, uma comunidade homogênea como se todo mundo falasse sempre da mesma maneira, ou seja, o contexto também é irreal. E como já foi dito é possível que o inatismo tenha bases saussurianas. De uma forma ou de outra Chomsky interpretou mal ou equivocadamente a Lingüística da Fala descrita por Saussure.

Na etapa final destas breves comparações e considerações sobre os sujeitos nos autores acima citados, o terceiro que merece verdadeiramente o status de sujeito real em uma comunidade real de uso e que o ato comunicativo revela uma dinâmica que remete ao sujeito que se apropria da língua e enuncia de um lugar e espaço, ditos lugares sociais é Benveniste.

Nesse autor pode-se constatar que há um sujeito real centrado na pessoa do EU que utilizando os recursos gramaticais que a língua possui, enuncia seu ato comunicativo dirigindo-se a um TU, fato que além de marcar a presença da subjetividade, também evidencia marcas da interação verbal. De fato, em Benveniste o sujeito tomando a língua como sua no momento da comunicação se dirige a uma segunda pessoa (segunda pessoa do singular) e começa o circuito verbal da Lingüística da Fala. Nessa perspectiva, o sujeito está na língua e se apropria dela sempre que se dirige a outrem, e esse mesmo outrem pode em contrapartida se apropriar também da língua e se dirigir a outro sujeito ou fazer do EU, agora, um TU. É a própria interação verbal que acontece no momento que a língua é posta verdadeiramente em uso.

Na língua, segundo Benveniste, há indícios daquele que fala e daí chamar-se também lingüística indicial. Nessa visão, os pronomes, alguns advérbios e locuções adverbiais remetem ao dono do dizer, isto é, esses indícios gramaticais são a marca latente da subjetividade na língua, afinal de contas, nas palavras do próprio Benveniste, antes da enunciação, a língua era possibilidade da língua, ou seja, a língua só era possível ao que estava na própria língua, resumindo as possibilidades da língua estava somente no sistema. A

enunciação é que traz para realidade lingüística o dono do seu dizer, em outras palavras, o sujeito enunciativo.



## Considerações finais

Finalmente, pode-se concluir que o que se viu em torno da noção de sujeito dentro da Análise do discurso é uma forma teórica que evidencia o caráter da língua em uso e que leva em conta elementos de natureza social e cultural, na qual o sujeito está envolvido.

Depois da Guinada Pragmática, a noção de língua e sujeito passou por uma série de transformações, nas quais sumariamente o sujeito deixou de ser algo estritamente gramatical e sistemático e passou a ser estudado em sua manifestação real, que abrangia as noções de uso da língua em situações reais e numa comunidade real; isso fez com que esse surgisse não apenas como algo de natureza lingüística, mas também de natureza social e cultural e interacional.

No que compete às noções pertinentes ao sujeito na Análise do discurso vê-se que este está vinculado ao tipo de sociedade no qual está inserido; não obstante sua postura é de que se a sociedade é heterogênea, assim também serão os sujeitos que participam de sua construção. Nesse sentido quanto mais for diversificada a sociedade maior será a diversidade dos sujeitos em suas práticas sociais. Dessa forma o sujeito depende da sociedade e a sociedade do sujeito, donde se pode, portanto assegurar que o sujeito também é múltiplo, passando a comportar-se segundo os ditames que a sociedade lhe impõe.

As várias noções de sujeito expostas nesse trabalho, todas com vistas a disciplinas que fogem do caráter rígido e formal da linguagem, determinam tipos de sujeito que aparecem, ora, aqui e ali, com manifestações próprias que permitem dizer que todos tem as mesmas características com relação à postura social que assume, no entanto nada impede que revelem características particulares que se assemelham e se diferenciam uns dos outros.

A lingüística que foi inaugurada por Saussure considerava o elemento teórico de que o sistema era a lingüística por si só. Nesta postura Saussure, em nome do objetivismo e da necessidade de se delimitar a lingüística com seu objeto teórico e ao mesmo tempo descartar dela tudo que lhe era exterior acabou, também, por excluir o sujeito da ciência da linguagem. Desta forma, tratou eminentemente do sistema formal da língua sem preocupações históricas, sociais e institucionais.

Nesse ponto, portanto, a noção de sujeito em Saussure é vaga, ou seja, não havia sujeito, visto que o mestre de Genebra, em seu esforço para delimitar o objeto da lingüística, acabou por excluir, também o sujeito de seus estudos. Dessa forma concluímos que o sujeito

em Saussure é excluído, não como algo proposital e ingenuamente, mas necessário à formação de um pensamento lingüístico que predominou no início do século XX. Essa postura só é hoje vista graças aos trabalhos da Lingüística da Fala, também inaugurada por Saussure, pois foi a partir dele que se fundou toda uma linha de estudos da linguagem que abordavam a linguagem em uma perspectiva de uso, negando, pois, a outra face de que Saussure se apropriou: a Lingüística do Sistema.

Noam Chomsky com a noção de sujeito ideal inaugurou uma lingüística de cunho também sistemático. O sujeito ideal não foge às noções explicitadas por Saussure, pois ele figura como algo que não é real e que não pertence, também, a uma comunidade real de uso.

Chomsky, dos seus muitos trabalhos atuais, esse é apenas uma das facetas de sua inteligência, tratar da linguagem. Os motivos que o levaram a postular uma lingüística que se constata em ditames estruturais não se sabe. É sabido que sua releitura do mestre suíço, que equivocada, não superou as noções de língua e fala, paradigma e sintagma e sujeito irreal. Sua contribuição se deve à crítica feita a Skinner no tocante à noção de produtividade que ele acreditava que os falantes de uma determinada língua possuíam, não precisando necessariamente recorrer aos postulados de estímulo-resposta.

Outra idéia de Chomsky que é também uma releitura de Saussure é a noção de inatismo. Saussure postulou que a língua ia sendo depositada passivamente nos falantes de uma comunidade, dita homogênea; o que Chomsky acrescentou foi que os seres humanos tinham uma predisposição inata para aprender línguas, o que configurou como sendo o inatismo. Dessa forma toda a lingüística chomskiana se pauta pelas noções de linguagem e pensamento, no qual sua preocupação era saber quais os processos que emergiam quando o sujeito produzia determinadas frases. Devido a isso, em Chomsky criou-se o sujeito das frases perfeitas que reconhece qualquer erro de atuação em frases nunca vistas, teoricamente um monstro amputado de suas faculdades sociais, culturais e interacionais.

Somente em Benveniste é que surge a noção de sujeito que condiz com as práticas de linguagem em uma comunidade real de uso e com um sujeito real que enuncia de um lugar social, uma característica que põe o sujeito como aquele que se apropria da língua e faz dela seu instrumento de comunicação. Nessa perspectiva, Benveniste inaugura a lingüística indicial em que na língua há as marcas lingüísticas daquele que produz seu discurso a partir da própria língua. Dessa forma há certo pragmatismo em Benveniste já que o sujeito põe a língua em prática por sua conta e faz com que ela adquira sentidos múltiplos com relação ao lugar, o tempo e a forma como ela é utilizada.

Pode-se concluir, portanto, que tanto a lingüística estrutural quanto a gerativa não trataram do sujeito tal qual ele é visto em Análise do Discurso, configurando em ambas um sujeito que não é real nem está inserido numa comunidade real de uso, nem o sujeito pode intervir nem modificar o sistema da língua, portanto, são excluídos ou inexistentes. Dos teóricos brevemente analisados e comparados somente Benveniste possui o status de ter descrito o sujeito enunciativo, real, situado numa comunidade lingüística real e que se apropria da língua para realizar as várias possibilidades de interação e construção de sentido.

## Referências bibliográficas

ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editoria, 2006, p. 122-140. Na ponta da língua; volume 8.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 95-113.

BAUER, Martin W. & Gaskel, George. *Pesquisa Qualitativa co Texto: imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareshchi. Vozes. Petrópolis: 2002.

BENVENISTE, Èmile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Nacional. São Paulo: 1976.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Lingüística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Pontes. São Paulo: 1989.

CÂMARA JÚNIOR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 14. ed. Vozes. Petrópolis: 1986.

\_\_\_\_\_. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2. Ed. Padrão. Rio de Janeiro: 1976.

CHARADEAU, Patrick & MAINGUENEAU Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Israel de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7. Ed. Nacional. Rio de Janeiro: 1976.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de Lingüística*. Cultrix. São Paulo: 1973. Martins Fontes, 2004.

FIORIN, José Luis. *As Astúcias da Enunciação*. As categorias de espaço, pessoa e tempo. 2. ed. Ática. São Paulo: 2001. p. 9-41.

FONSECA, Fernanda Irene & FONSECA, Joaquim. *Pragmática Lingüística e Ensino de Português*. Reimpressão. Livraria Almedina. Coimbra: 1990. 157p.

GOFFMAN, Irving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. *Antropologia* 8. São Paulo: Vozes, 1975, p. 29-31.

GRAPHOS: Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPB. V, 8. N, 2. Idéia. João Pessoa: 2006.p.69-77.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LOPES, Edward. *Fundamentos de lingüística contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1980, p. 232-335.

OLIVEIRA, Silvio Luis. *Tratado de metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. Pioneira. São Paulo: 2000. 320p.

ORLANDI, Eni (ET AL.) *Sujeito e Texto*. EDUC. Série Cadernos PUC. São Paulo: 1988.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. (org.: Cháles Bally. Albert Sechehaye) 27. ed. São Paulo.

SEVERINO, A. Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. ver. e amp. Cortez. São Paulo: 1996. P. 124-131.

TARALLO, Fernando. *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da Língua Portuguesa*. Ática, São Paulo: 1990.

WEEDWOOD, Bárbara. *História Concisa da Lingüística*. Trad. Marcos Bagno. Parábola. São Paulo: 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
INTELECTUAL  
LIVRARIA PARABOLA